



As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau

Patrícia Sinésia de Oliveira

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança
para obtenção do Grau de Mestre em Educação Ambiental*

Orientado por

Maria José Afonso Magalhães Rodrigues

Bragança

2020

Agradecimentos

Durante as nossas andanças pela vida, a todo o tempo entram e saem pessoas, e cada uma delas ensina-nos algo e marca-nos de forma diferente. Por isso temos de agradecer e ter gratidão.

Antes de tudo, minha mais sincera gratidão e agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Maria José Afonso Magalhães Rodrigues, por desde o primeiro dia me tratar com carinho, compreensão e paciência, por sempre ter as palavras sábias quando mais precisava e por me fazer acreditar em mim e ver que sempre posso superar minhas expectativas.

Meu especial agradecimento ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB), especialmente à Escola Superior de Bragança (ESE). Aos professores da ESE, principalmente aos do curso de mestrado em Educação Ambiental.

Às quatro ONG: IMVF, Palmeirinha, AD e COAJQ; seus diretores executivos, animadores e membros das comunidades, que sem pensar duas vezes aceitaram e colaboraram neste desafio.

Ao Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, pela oportunidade que deram não só para mim, como a centenas de estudantes de estudar nos diferentes Institutos Politécnicos de Portugal.

À memória do homem mais importante na minha vida, meu pai, Justino de Oliveira.

Ao meu exemplo de empoderamento e minha heroína, minha mãe, Dona Linda; minha inspiração minha tia, Dona Ângela; à minha Paloma; às pessoas importantes da minha vida, meus irmãos, primos/as, sobrinhos/as, afilhados/as, tios/as; meu namorado, meus amigos/as.

Aos colegas do instituto, e aos do curso, em especial à Juliana Costa. A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e conclusão desta etapa da minha vida.

Muito obrigada!

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade descrever as ações de Educação Ambiental desenvolvidas por algumas ONG (Palmeirinha, AD, COAJQ e IMVF) nas comunidades rurais da Guiné-Bissau. Para alcançar esta finalidade, definiram-se as seguintes questões de investigação: quais as atividades da EA desenvolvidas pelas ONG na GB?; qual a opinião dos responsáveis e membros das ONG da GB sobre a EA?; qual a perceção das comunidades rurais da GB sobre as ações de EA desenvolvidas pelas ONG? Em concordância, elaboraram-se os seguintes objetivos de estudo: (i) identificar as atividades de EA desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da GB; (ii) conhecer a opinião dos responsáveis e membros das ONG da GB sobre a EA; e (iii) conhecer a perceção das comunidades rurais sobre as ações de EA desenvolvidas. Relativamente à natureza da investigação trata-se de um estudo qualitativo, com características descritivas e interpretativas. Para a recolha de dados recorreu-se à análise documental e ao inquérito, por entrevista e questionário. A entrevista foi realizada a 4 diretores executivos e dois animadores e o questionário foi aplicado a 112 membros das comunidades que se disponibilizaram a colaborar no estudo. Os resultados evidenciaram que os diretores executivos e os animadores estão familiarizados com o conceito da EA e as ONG realizam ações nesse domínio nas comunidades rurais. Há evidências que estas ações estão a provocar algumas mudanças nas comunidades. Verificou-se, também, que a cultura local é sempre tida em conta aquando da elaboração e execução dos projetos. De modo geral, podemos afirmar que todas as questões de investigação foram respondidas e os objetivos alcançados. Esperamos que este estudo possa contribuir para mudanças na mentalidade das pessoas acerca da credibilidade das ONG, incentive a realização de mais estudos sobre a temática e ainda desperte no poder político a vontade de reforçar o envolvimento e o comprometimento como forma de proporcionar a participação coletiva das populações.

Palavra-chave: Educação ambiental; ONG; comunidades rurais da Guiné-Bissau

Abstract

The present work aims to describe the environmental education (EE) actions developed by certain non-governmental organisations (NGOs) such as Palmeirinha, AD, COAJQQ, and IMVF in rural communities of Guinea-Bissau (GB). To achieve this goal, the following research questions were defined: what are the activities of the EE developed by NGOs in GB? What is the opinion of GB's NGO leaders and members on EE? What is the perception of the rural communities of the GB about the actions of EE developed by NGOs? In agreement, the following study objectives were elaborated: (i) to identify the EE activities developed by NGOs in the rural communities of GB; (ii) know the opinion of GB's NGO leaders and members on EE; and (iii) to understand the perception of rural communities about the actions of EE developed. Regarding the nature of the research, this is a qualitative study, with descriptive and interpretative characteristics. For data collection, documentary analysis and the survey were used, through interview and questionnaire. The interview was conducted with 4 executive directors and 2 animators, and the questionnaire was applied to 112 members of the communities that were available to collaborate in the study. The results showed that executive directors and animators are familiar with the concept of EE and the NGOs carry out EE actions in rural communities. There is evidence that these actions are causing some changes in communities. It was also found that local culture is always taken into account whilst planning and implementing projects. In overall, we can say that all research questions have been answered and the objectives achieved. We hope that this study will promote changes in people's mindset about the credibility of the NGOs, encourage further studies on the subject, and also awakens in the political leadership the desire to reinforce the involvement and commitment as a way to provide the collective participation of the populations.

Keyword: Environmental education; non-governmental organisations; rural communities, Guinea-Bissau.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice.....	vii
Índice de figuras e tabelas.....	viii
Lista de siglas e acrónimos.....	ix
1. Introdução.....	11
1.1. Contexto do estudo.....	11
1.2. Questões e objetivos do estudo.....	13
1.3. Importância do estudo.....	13
2. Fundamentos das práticas de educação ambiental.....	17
2.1. Enquadramento histórico da educação ambiental.....	17
2.2. Enquadramento conceptual da educação ambiental.....	23
2.3. Educação ambiental em contextos diversificados.....	24
2.4. Ações de educação ambiental.....	29
2.5. Inter-relações entre a educação ambiental e a cultura.....	32
3. O papel das ONG da Guiné-Bissau na educação ambiental.....	35
3.1. Enquadramento histórico das ONG na Guiné-Bissau.....	35
3.2. Enquadramento conceptual e legal.....	38
3.3. Contribuição das ONG para a educação ambiental na Guiné-Bissau.....	40
4. Metodologia.....	43
4.1. Natureza da investigação.....	43
4.2. Caraterização do contexto.....	44
4.2.1. Caraterização das comunidades.....	45
4.2.2. Caraterização das ONG e seus coordenadores.....	49
4.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	52
4.2.1. Análise documental.....	53
4.2.2. Inquérito.....	55
4.3. Tratamento dos dados.....	57
5. Apresentação e discussão dos dados.....	59
5.1. Atividades desenvolvidas pelas ONG.....	59
5.2. Perceções sobre as atividades realizadas pelas ONG.....	66

5.2.1. Perceção dos coordenadores.....	66
5.2.2. Perceção dos animadores.....	75
5.2.3. Perceção das comunidades	77
6. Considerações finais	85
6.1. Principais conclusões	85
6.2. Limitações do estudo.....	89
6.3. Implicações e sugestões para próximos estudos.....	89
Referências bibliográficas	91
Anexo 1 - Guião da entrevista para os coordenadores.....	92
Anexo 2 - Guião da entrevista para os animadores.....	92
Anexo 3 – Questionário para a população	92

Índice de figuras e tabelas

Figura 1- “Alguma ONG realiza atividades de EA na tua comunidade?”.....	77
Figura 2- ONG identificadas pelas comunidades.....	78
Figura 3- “Com que frequência as atividades são realizadas?”	79
Figura 4- “Quantas vezes já participaste destas atividades?”	79
Figura 5- “Em que língua as atividades são realizadas?”	81
Figura 6- “Como avalia o trabalho desenvolvido pelas ONG?”	81
Figura 7- “Na sua opinião a ONG deve mudar algo na realização das atividades?”	82
Tabela 1 - Comunidades e número de inquiridos	47
Tabela 2 - Idade e número dos inquiridos.....	47
Tabela 3 - Sexo dos inquiridos	48
Tabela 4 - Estado civil dos inquiridos	48
Tabela 5 - Nível de escolaridade dos inquiridos	49
Tabela 6 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados nesta investigação ..	53

Lista de siglas e acrónimos

Ao longo deste trabalho utilizamos vários acrónimos e siglas, que especificamos seguidamente:

- AD- Ação para Desenvolvimento
- AMPC- Área Marinha Protegida Comunitária
- COAJQ- Cooperativa de Agropecuária de Jovens Quadros
- DS- Desenvolvimento Sustentável
- EA- Educação Ambiental
- EU-PAANE-Programa de Apoio aos Atores não Estatais “Nô Pintcha pa dizinvimentu”
- EVA- Escolas de Verificação Ambiental
- GB- Guiné-Bissau
- IBAP- Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
- IMVF- Instituto Marques Valle Flor
- INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- KAFO- Federação das Associações para a Autopromoção Camponesa e Desenvolvimento Rural
- LPN- Liga para a Proteção da Natureza
- ODM- Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
- ONG- Organização Não Governamental
- ONGD- Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
- ONU- Organização das Nações Unidas
- OSC-Organizações da Sociedade Civil
- OSM- Organizações Sociais de Massa
- PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RESSAN-GB- Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau
- SWISSAD- Foundation for Development Cooperation
- UEMOA- União Económica e Monetária do Oeste Africano
- UICN- União Internacional da Conservação da Natureza
- UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNTG- União Nacional dos Trabalhadores Guineenses

1. Introdução

Esta primeira secção reporta-se à introdução e está organizada nas seguintes subsecções: (i) contexto do estudo, em que explanamos o trabalho a desenvolver e no que baseia; (ii) questões e objetivos do estudo, em que apresentamos as perguntas levantadas para assim podermos saber para onde direcionar a nossa investigação e os respetivos objetivos de estudo, referindo o que pretendemos alcançar; e (iii) importância do estudo em que explicamos qual o impacto e pertinência deste estudo. As referidas subsecções estão respetivamente apresentadas em seguida.

1.1. Contexto do estudo

Este trabalho tem como principal finalidade descrever o trabalho de Educação Ambiental desenvolvido por algumas Organizações não Governamentais (ONG), nas comunidades rurais da Guiné-Bissau. A educação desempenha um papel muito importante e fundamental dentro de qualquer sociedade, pois proporciona o desenvolvimento de conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, proporcionando o desenvolvimento de capacidades e, permitindo, assim, que as pessoas desenvolvam o senso crítico, a compreensão e formação das suas próprias ideias e opiniões, só assim, é que poderão dar o seu contributo para a estabilidade do ambiente, para a permanência dos seres na terra e para a continuidade da boa qualidade da natureza para as próximas gerações.

Importa ressaltar que a educação numa “sociedade ou país” é o setor mais importante, é e deve ser a prioridade das prioridades. Ter acesso às informações ambientais e à participação deve ser um direito global sem distinção de raça, cor de pele, género, classe social, condições físicas, idade, entre outros aspetos; porque os problemas ambientais são como a “epidemia”, não escolhem quem nem onde atingir; são problemas partilhados e devem constituir uma preocupação conjunta.

Sendo assim, a EA deve entrar para o currículo educativo desde os primeiros níveis de escolaridade, e ser implementada desde cedo em todas as classes sociais. Cabe a cada país, segundo a sua cultura, traçar políticas públicas de EA para que haja uma sustentabilidade ambiental local, tendo em conta a sustentabilidade ambiental mundial.

Uma vez que em muitos países a educação é muito precária, caso da GB, é aconselhável apostar na educação não formal, que se realiza, geralmente, em espaços

culturais, no meio familiar, com grupos de amigos ou grupos de pessoas com interesses em comum. A educação não formal obriga a reavaliação de valores, e até preconceitos. Assim, os meios educativos não formais exercem grande influência na formação dos indivíduos (Menezes, 2001). Como destacou o Presidente do Governo da Madeira na abertura da 10.^a conferencia regional Europa, Mediterrâneo e Países Árabes,

a educação não formal independentemente das mudanças, transmite valores fundamentais de cidadania, de ligação aos outros e de voluntariado que vão ser sempre importantes para ter uma sociedade melhor. Esta forma de educação é muito importante, se não tanto quanto a educação formal. É importante na formação dos valores, no sentido de responsabilidade e cidadania para as novas gerações, realçando que tem tido a adesão de milhões e milhões de jovens de todo o mundo (Lusa, 2017).

Atualmente, as instâncias governamentais, internacionais e também organizações não governamentais, têm vindo a discutir a importância da educação não formal que tem sido reconhecida e enfatizada. É unanimemente considerado que não se pode reduzir a educação a uma série de atividades regulares consistindo em módulos que são ritualizados na forma de cursos (Borges, 2011).

Empoderar, facilitar o acesso às informações de todos é o propósito das ONG. Historicamente as ONG nasceram como resposta a um fenómeno social devastador, “a guerra” (Vieira, 1996), que deixou numa situação lamentável as populações e com uma péssima condição de vida. Em contrapartida a toda esta situação as pessoas mobilizaram-se e a sua parte solidária e humana revelou-se e começou uma corrente de ajuda e apoio aos refugiados e ao combate à pobreza; depois de tempos esta corrente transformou-se em ONG e os seus trabalhos também se diversificaram, passando a não se limitar só ao apoio, mas também abrangendo outros aspetos. Pouco a pouco conquistaram o seu espaço mundialmente, como foi o caso da Guiné-Bissau, em que, hoje, as organizações vão além do que era a proposta inicial da criação das ONG.

As ONG têm um contato direto e próximo com as comunidades, facilitando assim a compreensão dos seus problemas, gerando estratégias e projetos, que educam, incluem, sensibilizam, conscientizam e preservam o ambiente e o meio comunitário. E ainda fazem com que a enorme distância criada pelos governantes, entre o “falar” e o “agir” diminuam.

1.2. Questões e objetivos do estudo

Dada a importância do estudo e o nosso interesse pelo assunto, traçamos as seguintes questões de investigação:

- Quais as atividades de educação ambiental desenvolvidas pelas organizações não governamentais da Guiné-Bissau?
- Qual a opinião dos responsáveis e membros das organizações não governamentais da GB sobre a educação ambiental?
- Qual a percepção das comunidades rurais da Guiné-Bissau sobre as ações de EA desenvolvidas pelas ONG?

Baseando-nos nas questões levantadas, apontamos, então, alguns objetivos aos quais pretendemos dar resposta com a realização deste trabalho:

- Identificar as atividades da EA desenvolvidas pelas ONG da Guiné-Bissau nas comunidades rurais;
- Conhecer a opinião dos responsáveis e membros das ONG da Guiné-Bissau sobre a EA;
- Conhecer a percepção das comunidades rurais sobre as ações de EA desenvolvidas.

1.3. Importância do estudo

A educação não passa única e necessariamente pelo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, também tem como finalidade promover mudanças de atitudes, comportamentos e valores em relação à sociedade em todos os seus setores, motivando assim, ações para um desenvolvimento mais sustentável.

Quando o intuito é a mudança de hábitos, atitudes e comportamentos em relação ao ambiente, podemos fazê-lo através da educação em todos os seus níveis e contextos, sendo eles formal, não formal e informal. Para um país em que a taxa de analfabetismo é de 46%, (Daramé, 2013), a forma mais eficaz de abranger toda a população é recorrer ao ensino não formal e informal, já que a maioria nunca teve acesso ou está fora do sistema de ensino formal.

As ONG que atuam na Guiné-Bissau, principalmente as nacionais carecem de apoio financeiro do governo, mas mesmo com constrangimentos, obstáculos e limitações, conseguiram vingar e conquistar os seus espaços, através de ações concretas e com resultados evidentes, ganhando assim a confiança e o respeito da sociedade local,

nacional e internacional. Na Guiné-Bissau as ONG acabam por desempenhar o papel de “escola da vida”, mesmo que não ensinem a ler e a escrever possibilitam conhecimento prático, experiência na liderança, dão oportunidades de conhecimento dos problemas sociais e ambientais e juntos tentam procurar respostas e soluções para os constrangimentos identificados.

Nesta investigação escolhemos trabalhar com as ONG que atuam na Guiné-Bissau, entre nacionais e internacionais, porque além de desempenharem um importante papel para o sucesso do desenvolvimento sustentável e terem uma grande experiência nos trabalhos com as comunidades locais, têm projetos concretos realizados no âmbito da EA. O motivo de termos escolhido investigar a EA no contexto não formal e informal nas comunidades rurais da Guiné-Bissau e o impacto das atividades desenvolvidas pelas ONG nestas comunidade, tem, também, a ver com um interesse pessoal, já que somos de nacionalidade Guineense, e por considerarmos muito injusta, por falta de conhecimento ceifarmos toda a boa qualidade do ambiente, obrigando assim as gerações futuras a pagarem pelos nossos erros; além destes aspetos, temos o facto de que, a Guiné-Bissau é um país com uma taxa de analfabetismo muito alta e, sendo assim, só pela educação formal não conseguiremos de certeza alcançar as metas do desenvolvimento sustentável, pelo facto de muitos ficarem de fora do sistema de ensino nacional e não terem acesso à informação. Também nas últimas décadas se tem verificado um crescimento a passos largos dos problemas ambientais no país. Ainda com este estudo pretendemos conhecer a opinião das pessoas em relação às ações das ONG no país, isto porque, existe falta de conhecimento e desinformação, daí também o interesse de fazer algo para proporcionar a mudança de mentalidades.

Nos últimos tempos ouve-se falar tanto em sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, em como prevenir e combater os problemas ambientais, mas, mais importante que falar deve-se investir na educação, porque a melhor forma de conscientizar é através da educação e do ensino, e devem desenhar-se programas, projetos, criar atividades eficazes e sustentáveis e investir na sua concretização. Já passou a hora do mundo passar de “teórico”, para “prático”; precisamos agir urgentemente contra os problemas ambientais, antes que eles nos vençam.

Os problemas ambientais já vêm de há muitos séculos, especificamente, começaram a fazer-se notar e sentir mais depois da revolução industrial. De lá para cá vem-se agravando mais e mais. Nos últimos tempos, tornou-se uma pauta permanente, existindo uma grande preocupação e comoção para encontrar formas de mudar este

quadro, prevenir e conservar os recursos naturais para garantir todas as formas de existência.

É neste âmbito que achamos pertinente levantar estas questões, que não deixam de ser uma das formas, se não a mais importante, de mudarmos este quadro. Pois, como já referimos, é do conhecimento de todos que a educação é a base-pilar para o desenvolvimento. Por um lado, quanto mais pessoas educarmos, mais consciente fica o mundo, e, conseqüentemente, mais participativos seremos na resolução dos problemas ambientais. Por outro, mais rápido teremos um desenvolvimento sustentável, assegurando a permanência dos seres na terra e deixando um ambiente de qualidade para as gerações futuras. A criação de estratégias educativas, sendo formais, não formais ou informais, é uma das formas mais eficazes para promover mudanças de atitudes e comportamentos em prol do ambiente e da sustentabilidade.

A título exemplificativo especificamos que na GB desde os meados da década de 2000 houve uma crescente prática de monocultura de cajueiro, construções de casas nos campos de cultivo de arroz conhecidas por “*bolanhas*”, aumento de resíduos nas ruas, as ruas estão cheias de carros muito velhos, e daí surge-nos a pergunta: Porquê? Qual a causa de tudo isso? E a resposta sem dúvidas, é a corrupção, o egoísmo e, o principal motivo, a falta de informação e educação indisponível à maioria, que contradiz com o ressaltado no artigo 5º, da Lei de bases de Ambiente, 2011, alínea J) referindo o acesso ao sistema educativo e formação ambiental como instrumentos indispensáveis ao aumento da capacidade dos cidadãos para concretizar as tarefas que lhes competem na construção de um ambiente de qualidade e na garantia de um desenvolvimento durável. Incumbe ao Estado assegurar a inclusão da componente ambiental na educação básica e profissional, bem como os meios para a sua divulgação. Falando tanto da monocultura de cajueiro como da construção de casas nos campos de cultivo, entre outros aspetos, os beneficiários com o seu crescimento nunca vão querer disponibilizar o ensino para todos, porque assim vão perder o “*ganho*” deles. A expectativa criada para o comércio da castanha de caju é a de um crescimento económico, mas a realidade é bem diferente, já que praticamente todo o dinheiro ganho acaba indo para fora do país e favorecer a economia de outros países. Na GB só resta o empobrecimento do solo, a estagnação económica, mas consideramos que se a GB fosse um país com uma taxa de analfabetismo muito baixa o quadro poderia ser muito diferente.

2. Fundamentos das práticas de educação ambiental

Sendo a EA um dos assuntos mais relevantes deste estudo, dedicamos esta secção ao desenvolvimento dos aspetos que consideramos mais relevantes sobre esta temática e que nos permitam sustentar o estudo. Esta secção está dividida em cinco subsecções: (i) enquadramento histórico da EA; (ii) enquadramento conceptual da EA; (iii) educação ambiental em contextos diversificados; (iv) ações de EA; (v) inter-relações entre a educação ambiental e a cultura. Cada subsecção está desenvolvida seguidamente.

2.1. Enquadramento histórico da educação ambiental

A revolução industrial, teve início no século XVIII, na Inglaterra, substituiu os trabalhos manuais por mecânicos, e por consequência aumentou a produção e o desenvolvimento tecnológico, o que provocou uma grande reviravolta no modo de vida das populações. No entanto, com todo este feito não zelou pela qualidade do ambiente. Muitos dos problemas ambientais com que hoje nos deparamos são, sem dúvidas, o reflexo de decisões tomadas no passado.

Na segunda metade do século passado, começaram a aparecer problemas ambientais, que só pioravam com o tempo, e muito, como consequência da revolução industrial (Goldemberg & Barbosa, 2004; Machado, 2012). Enumeramos alguns eventos de poluição ambiental ocorridos: na Bélgica em 1930, no Vale do Mouse uma inversão térmica, que percorreu 25 Km do Vale, atingindo uma zona com grande concentração de aldeias, fazendas e fábricas. Logo no primeiro dia do ocorrido, habitantes queixavam-se de náuseas, falta de ar, ardor nos olhos e na garganta, já ao terceiro dia, foram confirmadas 60 mortes e milhares de casos de doentes com uma doença desconhecida; outro exemplo, em outubro de 1948, quando em Donora, na Pensilvânia, se formou uma espessa nuvem sobre a cidade, causada pela fundição de zinco, poeira e SO₂. Em cinco dias a sua permanência vitimou vinte pessoas e seis mil doentes, numa cidade que na época contava com 14 mil habitantes; na Inglaterra em 1952, em Londres, “smog de Londres” ou “névoa matadora”, que vitimou mais de quatro mil pessoas, foi o primeiro a movimentar as autoridades de saúde e a atenção quanto à qualidade do ar. Este facto deu-se, em consequência da crescente queima de carvão e de condições meteorológicas desfavoráveis para a dispersão dos gases (Pott & Estrela, 2017); no Japão, de 1956 até

dezembro de 1974, em Minamata, a cidade foi devastada pela grave intoxicação por mercúrio, resultado da má conduta moral e legal de uma fábrica local que despejava os resíduos tóxicos na Baía de Minamata. Este envenenamento da Baía, contaminou peixes e frutos do mar que a população consumia, o que vitimou 2 mil pessoas e animais, deixando sequelas permanentes em milhares de cidadãos; estes são apenas alguns dos exemplos históricos mais marcantes, mas muitos outros poderíamos enumerar.

Em 1962, a bióloga marinha, Rachel Carson, publicou o livro, “Primavera Silenciosa”, em que alertava o mundo sobre o perigo causado pelo uso do diclorodifeniltricloroetano (Sant’Anna, 2010). De salientar que os movimentos ambientalistas começaram muito antes dos anos 70, por exemplo em 1948, foi fundada a primeira organização mundial de ambiente - União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), no mesmo ano foi fundada a Liga para a Proteção da Natureza, pelo professor Carlos Baeta Neves (LPN, 2018).

No entanto, como acima citado, foi a partir da década de 70 que aconteceram das mais importantes ações que revolucionaram as políticas públicas, foi a partir desta altura que as ações tomaram uma maior proporção social, porque foi neste período que aconteceram os mais importantes e notáveis movimentos que marcaram todo o mundo.

O ano de 1970 foi dedicado à conservação da natureza, preparou-se o relatório sobre problemas ambientais nos EUA, neste mesmo ano, criou-se o dia da Terra (22 de abril), em consequência do primeiro protesto “popular” contra a exploração excessiva dos recursos naturais, teve a adesão principalmente da camada estudantil (universitária), surgiu espontaneamente, originando, assim, o surgimento de políticas voltadas para as questões ambientais (Magalhães, 2020).

Ainda nos anos 70 realizaram-se importantes convenções e conferências, em resposta aos muitos eventos ambientais catastróficos que vinham acontecendo, e que tiveram como objetivo, encontrar soluções e meios de prevenção do ambiente, mencionamos alguns exemplos importantes.

A Convenção de Ramsar teve como tema as zonas húmidas, adotada em 2 de fevereiro de 1971 em Ramsar – Irão. Foram definidas as seguintes áreas como zonas húmidas: pântanos, charcos, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, estagnada ou corrente, doce, salgada, águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros. Foi dos primeiros tratados globais sobre conservação das zonas húmidas, sendo elas importantes para o equilíbrio ecológico. Foi ratificado por Portugal em 1980 (Garcia & Andrade, 2012) e pela Guiné-Bissau em 1990 (Instituto Camões, 2017).

A Convenção CITES (convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e da flora selvagem ameaçadas de extinção) - convenção de Washington, foi resultado de uma resolução adotada em 1963 pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) e entrou em vigor em 1975, o seu objetivo é assegurar que o comércio de animais e plantas não põe em risco a sua sobrevivência no estado selvagem. Um acordo internacional voluntário que envolveu 180 países (Comunidade Europeia, 2007).

Em 1971, o destaque foi para as reservas da biosfera, a UNESCO lançou o programa “o Homem e a biosfera”, sendo definidos os três objetivos da criação de uma reserva da biosfera (Pott & Estrela, 2017):

- Conservação de paisagens, ecossistemas e espécies;
- Desenvolvimento social, cultural e ecológica sustentável;
- Criação de uma plataforma de investigação, monitorização, educação e troca de informação adequada.

Em 1972 a educação ambiental entra como política pública com a realização da conferência de Estocolmo. A conferência sobre ambiente humano teve início no dia 05 de junho de 1972 e contou com a participação de 113 países, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi em consequência desta conferência que se adotou o dia 05 de junho como dia do ambiente, em 1975 (ONU, 1972).

A conferência sobre a educação ambiental (EA) em Belgrado, organizada pela ONU (UNESCO e PNUD), em que foi assinada a “carta de Belgrado” que prevê a interdisciplinarização da EA, interligando as dimensões antropológica e ecológica, ética, universal, pessoal e individualizada. Posteriormente, a conferência intergovernamental sobre educação ambiental, Tbilisi, 1977, organizada pela ONU (UNESCO e PNUD), reuniu educadores ambientais de 68 países, teve como resultados: o alargamento do conceito de ambiente, organizaram-se os objetivos da educação ambiental, já definidos na carta de Belgrado, em cinco categorias (consciência, conhecimento, atitudes, competências e participação), é considerada a conferência “mãe” da EA (Matos, Cabo, Fernandes & Ribeiro, 2016).

Por todas os eventos realizados nesta década, os anos 70 foram considerados um ponto chave para a EA. A expressão ambiente e desenvolvimento marcou a década de 80. Foi nos anos 80 e 90 que o espaço da EA nas políticas públicas amadureceu, com a conferência de Moscovo em 1987, que avaliou os resultados de Tbilisi e apontou como fundamentais a formação inicial e continuada de professores, a criação de materiais didáticos sobre ambiente e uma estratégia básica para institucionalizar a EA e favorecer

a superação das lacunas e dos problemas existentes no currículo escolar (Koslosky, 2000).

A expressão “desenvolvimento sustentável” apareceu pela primeira vez em 1980, no relatório publicado pela UICN “a estratégia global para a conservação” (Suzuki, 2009). A Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento coordenada pela então primeira Ministra da Noruega, Gro Marlem Brundtland, foi fundada em 1983. Em 1987, o “relatório Brundtland” intitulado “Nosso Futuro Comum” foi publicado e foi definido o conceito do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, elucidaram o “sustentável” como desenvolvimento que permite alcançar as necessidades do presente (em termos dos recursos naturais) sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Este conceito surge da fusão de três elementos distintos: ecológico (natural), económico e social.

Em 1988, o Conselho de Ministros da Educação da Comunidade Económica Europeia, propõe a inserção da EA no ensino formal, esta resolução define os objetivos, princípios fundamentais e ações a empreender a nível dos estados membros e a nível comunitário (Schmidt, Nave & Guerra, 2010).

Em 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Eco 92/Rio-92, realizada de propósito neste ano em comemoração dos 20 anos da Conferência de Estocolmo. Assinada por 176 países, contou com 22 mil pessoas, pertencentes a mais de 9 mil ONG. As recomendações do relatório “Nosso Futuro Comum”, serviram de fundamentos para a realização do “Rio 92”. Ocorrendo dois eventos em simultâneo:

- Reunião dos chefes de estados;
- Fórum Internacional das ONG.

O Rio-92 teve como tema principal o DS, em que se traçou o Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que revelou princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, realçando o pensamento crítico, a interdisciplinaridade e a diversidade. Desta conferência resultaram importantíssimos documentos como (Matos et al, 2016):

- Agenda 21, que nada mais é que metas para o século 21, tem como lema “pensar globalmente, agir localmente”, procurando unir a proteção do ambiente com a coesão social, ou seja assenta no desenvolvimento sustentável;
- Declaração de Rio ou carta da terra;

- Convenção sobre a diversidade biológica, começou a ser elaborada desde 1973, mas só foi proposta e aprovada no Rio-92. Os seus objetivos são a conservação da diversidade biológica; a utilização sustentável dos seus componentes; partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Portugal ratificou a convenção em 1993 e a Guiné-Bissau, em 1995 (Secretaria de Estado de Ambiente, 2019).
- Convenção sobre mudanças climáticas, coordenada pelo Painel Intergovernamental para a Convenção sobre o Clima, foi assinada por 154 países e mais a comunidade Europeia com o objetivo de estabilizar as emissões de gases com efeito de estufa a um nível que evite mudanças no sistema climático.

Em 1997, a Declaração de Thessaloniki, reforçou os resultados saídos do Rio 92, determinando que as ações de educação ambiental sejam articuladas com base nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares (Jacobi, 2005).

A Convenção de Aarhus, uma convenção das Nações Unidas sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente, foi adotada em 1998, na cidade de Aarhus, Dinamarca. Assenta na informação, justiça e participação. É uma convenção com uma grande influência do Rio-92 (Ebbesson, Gaugitsch, Jerdroska, Marshall & Stec, 2014).

A Declaração do milénio 2000, apresenta os valores essenciais para as relações internacionais no século XXI: liberdade; igualdade; solidariedade; tolerância; respeito pela natureza; responsabilidade comum. Esse compromisso ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), divididos em 8 prioridades, 21 metas e 60 indicadores. Os ODM são (ONU, 2000):

- erradicar a pobreza e a fome;
- atingir a educação básica para todos;
- promover a igualdade e autonomia da mulher;
- reduzir a mortalidade infantil;
- melhorar a saúde materna;
- combater o HIV e SIDA, malária;
- garantir a sustentabilidade ambiental;
- estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Em 2002, a cúpula de Johannesburg, realizou a conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável, teve como temas: África, água, ambientes naturais,

consumo da energia, florestas, globalização, pobreza e saúde, aplicação da agenda 21; foi realizada 10 anos após o Rio-92 (Diniz, 2002). Alargou o conceito de desenvolvimento sustentável, e propôs a criação da Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. No mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução instituindo a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, no período de 2005 a 2015 (Mota et al, 2005).

Em 2007, foi realizada a Conferência de Ahmedabad, na Índia, com o lema “uma chamada para a ação”; com o título “educação para a vida: vida através da educação” (ICEE, 2007). Já para 2011-2020 foi declarada a Década das Nações Unidas para a Biodiversidade; com o lema “viver em harmonia com a natureza!”. As metas de Aichi, são os objetivos a atingir dentro dos anos 2011-2020 (Painel de Alto Nível da CDB, 2014).

O acordo de Paris, em 2015, adotado na 21.^a Conferência das partes a 12 de dezembro de 2015, entrou em vigor a 4 de novembro de 2016. Visa alcançar a descarbonização das economias mundiais e estabelece o objetivo de limitar o aumento da temperatura média global a níveis bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C (Eur-lex, 2016).

Ainda em 2015, os países discutiram e adotaram uma nova agenda de desenvolvimento sustentável sobre a mudança climática. Os resultados desta agenda apresentam novos objetivos de desenvolvimento sustentável, baseados nos oito objetivos de desenvolvimento do milênio. Esta agenda ficou intitulada “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, esta agenda procura a paz universal e mais liberdade. Tem o intuito de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e encontrar soluções para as mudanças climáticas, proporcionar o bem-estar e a prosperidade. Esta agenda foi um resultado de trabalho feito pelas Nações Unidas em parceria com os governos, sociedade civil e outros parceiros.

O “Relatório caminho para a dignidade em 2030” foi resultado das contribuições obtidas através de um processo aberto e inclusivo, este relatório apresentou objetivos para a dignidade para os 15 anos seguintes. Para a realização desta agenda a ONU financiou uma conversa global através de consultas elaboradas como a pesquisa “Meu mundo”. O relatório apresenta 17 objetivos (ODS) e 169 metas, sendo os objetivos os seguintes: 1º erradicação de pobreza; 2º fome zero e agricultura sustentável; 3º saúde e bem estar; 4º educação de qualidade; 5º igualdade de gênero; 6º água potável e saneamento; 7º energia limpa e acessível; 8º trabalho decente e crescimento económico; 9º indústria, inovação e infraestrutura; 10º redução das desigualdades; 11º cidades e

comunidades sustentáveis; 12º consumo e produção responsáveis; 13º ação contra a mudança global do clima; 14º vida na água; 15º vida terrestre; 16º paz, justiça e instituições eficazes; 17º parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).. Dentre todos estes objetivos os que mais se relacionam com a nossa temática de investigação são o 4º e o 11º.

2.2. Enquadramento conceptual da educação ambiental

Além do enquadramento histórico consideramos relevante esclarecer, também, o enquadramento conceptual da EA, embora sejam aspetos que se intercetam e interligam, queremos clarificar o conceito adotado nesta investigação, no sentido de melhor sustentarmos o estudo.

Desde o momento em que se constituiu como categoria central do movimento ambientalista, a EA reforça na educação uma proposta de (re)discussão da sociedade, da natureza e da vida nos seus significados mais profundos (Loureiro, 2004). A EA apresenta várias interpretações e definições, dependendo do contexto e da vivência de cada um. De acordo com a UNESCO, a educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na procura de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

Como afirma Loureiro (2004), a EA é uma perspetiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” justifica-se tão somente na medida em que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, separando a atividade económica da social.

Para Mousinho (2003), a EA é um processo que procura despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando a discussão das questões ambientais e sociais. “Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas

também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política” (Mousinho, 2003, p.16).

Para Sorrentino (2002), Sauvé (2002), Gaudiano (2001; 2002), entre outros autores, que se têm dedicado a problematizar as diferenças que marcam a dimensão da EA, segundo várias tipologias, as práticas associadas ao conceito de EA têm sido categorizadas de múltiplas formas: “educa o ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para soluço de problemas, entre tantas outras” (Carvalho, 2004, p. 15).

Os vários conceitos, que umas vezes podem ser reducionistas e outras vezes emancipatórios, retratam, por um lado, o amadurecimento das sociedades e, por outro, a constância das atrocidades de um modelo preponderante que, em ambos os casos, v o determinar o que os sujeitos pretendem para o seu futuro. Assim, a EA, na leitura de diversos autores está sintonizada com as requisicoes de “uma educa o do futuro” e, portanto, propõe-se dar resposta aos vários sujeitos que compoem os estratos sociais, culturais e econ micos que se preocupam com a sustentabilidade sócio ambiental do planeta (Carvalho, 2001; Segura, 2001; Layrargues, 2002; Sorrentino, 2002; Morin, 2003; Guimarães, 2004).

O nosso conceito sobre a EA vai ao encontro da opinião Mousinho (2003), isto porque, partilhamos da ideia de que a informa o deve ser disponibilizada a todos, sem exce o, de forma, língua e linguagem que permita que a mensagem chegue mais clara e compreensível e que desenvolva o pensamento crítico e a tomada de consciência.

Neste trabalho, como referido pelo Carvalho (2004), ressaltamos as diferentes formas da EA: popular, crítica, comunitária, não formal e informal.

2.3. Educa o ambiental em contextos diversificados

A educa o nas suas múltiplas dimensões de ensino-aprendizagem, de objetivos e princípios, de métodos e técnicas, de educadores e educandos, de tecnologias e espaços de aprendizagem, de territórios de convivência e sujeitos aprendentes, de escolas e educa o não-formal, de cursos e meios de comunica o,   apresentada na  tica das distintas correntes pedagógicas e ideologias (Sorrentino et al, 2005).

A educa o em todas as suas vertentes   muito relevante para a prote o do ambiente e para o desenvolvimento sustentável,   nesta perspetiva que a Agenda 21, no capitulo 36, ressalta a “promo o do ensino, da conscientiza o pública e do

treinamento”, a importância da educação para o alcance de um modelo de desenvolvimento que tenha em conta as pressões sobre o ambiente, sendo que o ensino, o aumento da consciência pública e a educação são temas transversais em todas as áreas de programas da Agenda 21 (Tristão & Tristão, 2016, p. 48).

Podemos considerar que a educação tem três importantes dimensões: (i) educação formal; (ii) educação não formal; e (iii) educação informal. As três igualmente importantes para o desenvolvimento, entre elas a mais aplicada é a formal, pois em praticamente todos os países é uma obrigação, ressaltando que deveria ser gratuita e acessível para todos.

Os termos não formal e informal têm muito em comum, no entanto existem diferenças entre eles, que vale a pena demarcar e exaltar. Podemos ressaltar que, a educação formal é a desenvolvida na escola, com os seus currículos e programas previamente elaborados; a educação não formal é a que, perante o processo, ocorre pelo compartilhamento de experiências, também pode ocorrer dentro da escola e nos espaços coletivos; e a educação informal é a troca de valores, costumes e culturas, ocorrendo durante o processo de socialização, tanto na família, como no bairro, na escola e com amigos (Almeida, 2014).

O objetivo principal da educação formal é o ensino-aprendizagem de conteúdos dos mais variados ramos, definidos por uma longa linha de tempo, desenvolvendo habilidades, competências e a criatividade; o da educação não formal é o de dar oportunidade ao indivíduo de se encontrar com outras realidades, desenvolvendo o seu autoconhecimento e a sua capacidade de se relacionar com meio em que está inserido, fazendo dele um cidadão do mundo; e o da educação informal é de socializar os indivíduos segundo os valores, costumes, crenças e cultura da comunidade a que pertencem (Palhares & Afonso, 2013).

Sendo estas as dimensões da educação, então a EA deve estar inserida e trabalhada em todas, possibilitando que a informação alcance o maior número de pessoas possível. É importante a elaboração de políticas públicas que ressaltem a EA, nas suas três vertentes. Quando se tem a utopia do desenvolvimento sustentável e um futuro sem ameaças e problemas ambientais, a única “arma de combate” e a única “saída” é a educação. Várias teorias vêm sendo levantadas sobre a existência de um *planeta B* e caso tudo der errado cá na Terra as pessoas podem migrar para Marte, mas, francamente, é melhor as pessoas mudarem as suas formas de pensar, porque quem faz a primeira vez, é muito provável que repita de novo; sem a educação e conscientização nenhuma destas opções será eficaz para colmatar os problemas que existem e que

surgem a cada dia. Por isso o melhor a fazer é apostar na educação, para que tenhamos cidadãos conscientes e participativos.

Sendo a educação formal o processo educativo institucionalizado, que acontece na rede de ensino, com estrutura curricular bem definida, a EA, neste contexto, deve ser assunto para todas as disciplinas, como ressaltou Filho (1992, p. 48) compreende “a interdisciplinaridade do processo educativo, a participação do aluno e sua determinação para a ação e solução dos problemas ambientais e a integração com a comunidade”.

Segundo Leff (2010), os espaços de reflexão e atuação da EA na educação formal, foram pensados para dar respostas às necessidades básicas do sistema educacional, o que contribuiu para a sua segregação, tanto nas práticas educativas docentes como nos planos curriculares das instituições escolares, uma vez que a mesma tem sido priorizada numa vertente tradicional de educação, dentro da lógica e da racionalidade estabelecida pelos sistemas de ensino.

De acordo com Gomes e Nakayama (2016), a contribuição das teorias críticas da EA, em relação à teoria educacional, pode ser considerada uma crítica a todas as pedagogias da prática educativa tradicional marcada por:

uma organização curricular fragmentada e hierarquizada, neutralidade do conhecimento transmitido e produzido; e organização escolar e planejamento do processo de ensino e aprendizagem concebidos como pura racionalidade, pautados em finalidades pedagógicas desinteressadas quanto às implicações sociais de suas práticas (Loureiro, 2006, p. 52).

Seguindo esta ótica, Carvalho (2012), afirma que a EA cria alternativas que renovam o sistema de ensino, a organização e os conteúdos escolares, zelando por uma revisão institucional e do dia a dia escolar, mediante a transversalidade e interdisciplinaridade, fundindo a pedagogia e os conhecimentos ambientais. De acordo com Tozonni-Reis (2008), a educação, particularmente a escola, em todos os níveis tem a função de preparar as pessoas para a sociedade, respeitando as suas características de desenvolvimento. Entretanto, Torales (2013), ressalta que, as atitudes e valores apontados como importantes conteúdos educativos, especialmente a EA, são tidos como universais, em que a readequação dos espaços escolares, deve possibilitar a flexibilização do currículo, através da participação.

Na opinião de Farulo, Leal e Bomfim (2013), a formulação da EA no contexto formal foi realizada isoladamente sem ter em conta as projeções da temática na formação do cidadão no espaço formal e as possibilidades dadas ao professor e ao aluno, para a construção de representações mais apropriadas a um novo significado e ao papel a ser

desempenhado no domínio ambiental. A EA no contexto formal, provoca mudanças na vida cotidiana das pessoas, dando assim uma nova visão e reestabelecendo a relação entre o Homem e o ambiente, impulsionando o desenvolvimento sustentável (Leff, 2010).

Enquanto tendência educacional, a EA tem o papel de intensificar o conhecimento e transformar a sociedade, porque quando se inter-relacionam os aspetos ambientais com os educativos possibilitam a formação de educadores ambientais, através da valorização da diversidade cultural. O educador ambiental tem o papel de traçar reflexões sobre o sentido da existência humana (Gomes & Nakayama, 2016).

Para Teixeira e Torales (2014), são precisas novas visões do mundo, através da educação com abordagens didático-pedagógicas diferenciadas, que se foquem na construção da cidadania global. Educar ambientalmente, não é só sensibilizar as pessoas, é preciso o exercício pleno da cidadania num processo de conscientização (consciência + ação), (Guimarães, 2011; Tozonni- Reis, 2008; Gomes e Nakayama, 2016). Desde há algum tempo que a EA é pautada por importantes debates, principalmente, no seu contexto formal, já que é extremamente urgente e importante a promoção inter e transdisciplinar da EA no currículo escolar, é preciso ainda reformular todo o programa e currículo escolar e redefinir o papel da escola na sociedade guineense.

Relativamente à inserção da EA nos currículos escolares está mais do que no tempo de ser uma obrigação mundial. É na escola que se tem o maior espaço para adquirir conhecimentos, trocar experiências, moldar os conceitos, reavaliar os nossos preconceitos, e descobrir o verdadeiro sentido da convivência, já que a escola possibilita o encontro de várias e diferentes realidades e de opiniões distintas. Os alunos também servem de canais, para passarem as informações e fazê-las chegar a outros cidadãos sem acesso à escola.

No que respeita à educação não formal é “realizada por processos não planeados que muitas vezes não são intencionais, e ainda contribui para uma aprendizagem continua” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8). Seguindo esta ideia, Borges (2011, p. 211), afirma que a

aprendizagem não formal, é um espaço de socialização política, em que os movimentos permitem às pessoas, em primeiro lugar, a aprendizagem de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo, permite a elaboração da identidade social, a consciência dos seus interesses, direitos e reivindicações, e finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.

Ainda seguindo as ideias do Borges (2011) a educação não formal tem como finalidade proporcionar a aprendizagem, quer acerca dos próprios integrantes de uma comunidade, quer acerca da sociedade através de atividades lúdicas, motivadoras e desafiantes, que permitam um maior e mais eficaz desenvolvimento pessoal e social, bem como a formação de valores.

A educação não formal, como objeto do trabalho educativo das ONG, refere-se às atividades organizadas, com caráter de intencionalidade, realizadas fora da instituição formal de ensino, com determinado grau de sistematização e estruturação, com a finalidade de oferecer tipos selecionados de ensino a subgrupos específicos da população (Tristão & Tristão, 2016). Baseia-se nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento, rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e transmissora de conhecimentos, fazendo com que a educação assuma o papel de mediadora na construção social de conhecimentos implicados na vida. Assim, assume o papel de formar indivíduos socialmente emancipados e responsáveis pelas suas próprias histórias.

Segundo Carvalho (2005, p.18), a EA não formal ressalta a compreensão das relações sociedade-natureza e a intervenção sobre os problemas e conflitos ambientais. Neste sentido, o projeto político-pedagógico da EA não formal, contribui para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ainda o mesmo autor afirma que a prática da EA não formal delimita novas racionalidades, atitudes e traça novas políticas públicas ambientais.

Esta forma de educar, com certeza, é um dos caminhos para a transformação social e ambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável. Dando uma “nova cara” aos valores ético-políticos. A educação ambiental não formal afirma uma ética ambiental, promotora de decisões sociais e reformuladora dos estilos de vida individuais e coletivos e na maioria das vezes baseia-se na promoção da participação. As práticas de EA não formal surgem na disputa por valores éticos, estilos de vida e racionalidades que atravessam a vida social. Deste modo, as práticas em educação ambiental, desde as suas primordiais políticas e pedagogias produzem culturas ambientais, influenciando sobre a maneira como os grupos sociais dispõem dos bens e imaginam suas perspectivas de futuro.

No contexto informal, a educação é de igual importância e os “primeiros professores” são os pais. Na educação informal, o meio em que o indivíduo está inserido influencia o seu processo de ensino-aprendizagem. Na casa, na rua, na igreja, com amigos, com familiares, com crianças, de um modo ou de outro, todos aprendem e ensinam algo. Todas as pessoas são educadas, de formas diferentes, isto porque não

existe um modelo pré-estabelecido da educação. A escola não é isoladamente o único e melhor lugar em que se educa.

Para Libâneo (2010),

a educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (p. 31).

Gaspar (2005) afirma que na educação informal os conhecimentos advêm da relação sociocultural, mesmo que imperceptivelmente. Esta forma de educação não se distancia da educação formal. Na educação, segundo o mesmo autor, a pessoa pode adquirir conhecimentos nos centros culturais, como por exemplo nos jardins botânico e zoológico, museus de arte e ciência, também nas praças, feiras, e nos espaços onde as pessoas interagem e compartilham experiências e conhecimentos, lugares em que também há espaço para a EA.

2.4. Ações de educação ambiental

A sensibilização, deve ser a principal aposta das ações de EA, pelo facto de ser uma forma muito rápida de captar a atenção e despertar o interesse, motivando as pessoas para a mudança, como referem Giordan e Souchan (1996). A consciencialização, a aquisição de conhecimentos, mudança de comportamento e atitude, a participação de todos, o desenvolvimento da visão crítica e avaliativa, são os principais focos destas ações.

Segundo Caride e Meira (2001) para melhorar e transformar o comportamento da sociedade em relação ao ambiente, e na formação de uma nova ética em relação à inter-relação Homem e ambiente é preciso traçar uma estratégia e estabelecer as seguintes diretrizes (p. 183):

priorizar os programas da educação ambiental dirigidos a toda a camada social e comunidades beneficiárias dos projetos de conservação, aos responsáveis do sector produtivo e à população escolar;

integrar programas educativos em todos os projetos de conservação;

incluir a educação ambiental nos programas escolares (como conteúdo próprio e também de forma transversal) e sua incorporação nas atividades extraescolares;

utilizar os meios de comunicação para alcançar o público em geral e adaptar determinados espaços para a demonstração e educação em questões ecológica e de conservação, destacando a função que os recursos desempenham para aliviar a pressão do público sobre os espaços naturais mais vulneráveis;

realizar campanhas educativas e informativas sobre os perigos derivados da introdução de novas espécies e sobre o conceito de sustentabilidade;

considerar a educação ambiental como parte de um processo contínuo e de importância inter-geracional.

Ainda segundo os mesmos autores, a educação, “tanto acadêmica como não acadêmica, é de importância extrema para promover o desenvolvimento sustentável e aumentar a capacidade das populações para abordarem as questões ambientais” (2001, p. 193). Os mesmos autores ainda traçam os objetivos das ações da EA:

- Ter consciência sobre a relação entre o ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Proporcionar o acesso à educação para o desenvolvimento sustentável;
- Integrar conceitos de ecologia e desenvolvimento sustentável nos currículos escolares, programas locais e na aptidão dos encarregados da tomada de decisões.

Para cumprir estes objetivos, traçam-se uma série de atividades e ações, em que podemos destacar as seguintes (Caride & Meira, 2001):

- Elaborar estratégias para integrar e interdisciplinar o ambiente e o desenvolvimento sustentável em todos os níveis de ensino;
- Desenvolver programas de formação inicial para os professores e administradores, como também para educadores que trabalham fora do sistema educativo;
- Estimular escolas para que desenvolvam programas locais relacionados com o ambiente, baseando-se numa pedagogia inovadora;
- Promover programas de ensino não académico e de educação de adultos;
- Dar prioridade à educação das mulheres e reconhecer a experiência e saberes autóctones nos programas de educação ambiental;
- Criação de redes nacionais e locais de informação;
- Participação do público nos debates sobre políticas ambientais;
- Desenhar materiais didáticos baseados na informação científica;

- Fomentar o turismo e lazer sustentável;
- Incluir crianças e adultos em campanhas de divulgação, aproveitando o papel crucial da família.

A implementação das atividades “permite aprender novos conhecimentos, ou consolidar os conhecimentos já existentes, sobre a preservação do ambiente e o que podem fazer no seu quotidiano que melhore o ambiente, por mais pequenas que sejam as ações de cada um” (Cortesão, 2017, p. 4).

As ações da EA devem respeitar as diferenças etárias isto porque a forma de ensinar por exemplo a uma criança é diferente da de um adulto, os conteúdos devem também ser diferentes. A vida social e financeira também são tidas em conta, a título de exemplo, os materiais didáticos ou outros usados para a educação numa sociedade com um grande poder económico e desenvolvimento não são os mesmos usados numa sociedade com menos poder aquisitivo e em via de desenvolvimento, dando um exemplo real deste, ressalto, neste período de pandemia de COVID-19, os países foram obrigados a interromperem as aulas presenciais e a solução foram as aulas online, em Portugal e nos outros países desenvolvidos obtiveram um resultado positivo, no entanto o mesmo não foi uma realidade na GB, isto porque as condições financeiras e evolutivas são muito diferentes, esta é também a linha de pensamento de Oliveira (2006).

Destacamos que não vale a pena serem traçadas ações que não contribuam para mudanças de comportamentos e atitudes referente ao ambiente. O mundo é composto por vários países, cada um com a sua cultura, seus costumes, sua realidade, por isso as ações da EA variam de país para país, de etnia para etnia, de sociedade para sociedade, de comunidade para comunidade, já que além de serem vários países; cada um tem a sua própria estrutura e realidade social, étnica, económica, cultural e ambiental. Existem países com uma diversificada composição étnica, comunitária, económica e ambiental, como é o caso da Guiné-Bissau, que conta com mais de 20 grupos étnicos, em que cada um destes grupos tem as suas próprias particularidades, suas línguas étnicas, cultura (vestuário, gastronomia, entre outros), economia (fonte de renda). Há alguns grupos étnicos mais acessíveis e de fácil convívio, e outros mais fechados, tudo isso leva à distinção nas ações da EA desenvolvidas, já que todos estes fatores devem ser tidos em conta. Não adianta desenhar muito bem um projeto de ações de EA que, posteriormente, na implementação não vá ao encontro da realidade do país ou comunidade.

2.5. Inter-relações entre a educação ambiental e a cultura

Desde a antiguidade que a relação entre o ambiente e a cultura tem sido comparadas por diferentes teorias. Na cultura ocidental acreditava-se que o homem era superior à natureza. O iluminismo e a revolução científica moderna são dois momentos na história em que a razão e eficácia do Homem é sobrevalorizada como sendo a transformação do mundo físico e do seu progresso (Baptista, 2005).

Isaac Newton e alguns outros filósofos como Descartes, estabelecem a grande diferença entre o espírito e a matéria. De um lado, colocavam o Homem sendo o valor intrínseco e objetivo, do outro, a natureza e os seus recursos, sendo um valor instrumental, ou seja, a natureza e todos os seus recursos estão somente ao dispor do Homem, os animais são umas máquinas biológicas, não são dignos de respeito e consideração. A arrogância do Homem, de acreditar ser o controlador do futuro e do mundo, fá-lo refém de si próprio, originando assim uma crise ecológica, que acaba por ser o resultado da irresponsabilidade do próprio Homem e do crescimento inconsciente.

Por sua vez, Kant, no século XVIII, define e identifica o valor intrínseco e valor instrumental a partir da distinção entre meios e fins. Algo é intrinsecamente valioso se tiver valor em si e por si mesmo, independentemente do uso ou função que possa ter na relação com outrem. Os seres que possuem valor intrínseco têm igualmente qualidade moral e, por isso, são dignos de consideração e respeito.

Na perspectiva de Sylvan (1973) a tradição ética ocidental, em todas as suas formas, era incompatível com a ética do ambiente, já que consideravam o valor da natureza meramente instrumental, que estava ao dispor do homem. Rolston (1975) reafirma a tese de Sylvan, de que a ética ecológica procura o valor e o bem da natureza. Enquanto Regan (1981) apelava para a resolução da problemática ambiental e defendia a ideia de que a natureza tem um valor intrínseco e não é só uma fonte de recursos ao dispor do homem.

Na opinião de Norton (1991) toda esta discussão é desnecessária, porque, sem dúvida, existem razões prudenciais para preservar um ambiente natural e saudável, que é a sobrevivência da humanidade e o desejo de um mundo belo, sugerindo a criação de ambientes artificiais, que teriam o mesmo resultado. Krieger (1997) apoia a ideia de Norton, e foi ainda mais radical, defendendo uma ética utilitarista, ressaltando que tendo em conta que a realização social e individual dos seres humanos não está ligada à preservação do ambiente, mas sim, à preservação da espécie humana, o que poderia ser resolvido com a criação de paisagens artificiais tecnologicamente atraentes, reservas naturais fabricadas, a natureza selvagem de forma acessível e económica. Discordamos

destes princípios, por considerarmos que não devemos preservar o ambiente porque recebemos alguma contrapartida. A natureza deve ser preservada independentemente da sua utilidade, mas sim, pelo facto de existir; no entanto verificamos que muitas vezes o Homem é tão egocêntrico que só cuida do que lhe traz benefícios próprios.

Aristóteles apresentou o Homem como um ser político, com o início do Cristianismo, o Homem passa a ser visto como um ser espiritual. Marx informou que o Homem é um ser trabalhador, a sociologia define-o como um ser social e a antropologia apresenta-o como um ser cultural. Os aspetos político, espiritual, trabalhador e social, isoladamente não identificam o Homem. A cultura é a identidade de qualquer povo. O mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é composto por 193 países; sendo assim cada um destes países tem a sua própria tradição, costumes, hábitos, língua, vestuário, gastronomia, ou seja, tem a sua própria cultura, que é o que difere dos outros países e povos; por vezes no interior do país há ainda muita diversidade, que é o que acontece na GB.

Como referimos existem países que têm muitas etnias, cada uma com a sua língua étnica, sua maneira de ser, de vestir, de cozinhar, de dançar e suas crenças. o que acaba enriquecendo ainda mais a cultura do país, são exemplos desta situação o Brasil e alguns países africanos, como a Guiné-Bissau. Segundo Benzinho e Rosa (2015), a GB tem entre 27 a 40 grupos étnicos, sendo eles: Fula (28,5% da população); Balanta (22,5%); Mandinga (14,7%); Papel (9,1%); Manjaca (3,1%); Beafada (3,5%); Mancanha (3,1%); Bijagó (2,15%); Felupe (1,7%); Manssonca (1,4%); Balanta Mane (1%); os restantes representam menos de 1%. Atualmente os Bijagós são dos povos mais fiéis às suas raízes, conservam e respeitam muito a sua cultura, é um dos povos mais ricos e bonitos que mantêm uma relação saudável e espiritual com a natureza. Eles demonstram o respeito do povo pela natureza nas suas danças (a maioria das suas danças representam os animais marinhos, sendo um “povo do mar”), no vestuário, na exploração dos recursos naturais (exploram só o necessário); nas suas crenças (uma destas crenças leva à proteção de árvores de grande porte, caso do “polon”, “pé de cabaceira”, que são tidas como sagradas). Na GB existem diversas áreas naturais usadas para manifestações culturais e religiosas, a conservação destas áreas é garantida tradicionalmente; estas áreas são florestas sagradas e que durante a elaboração da lei das áreas protegidas foi tida em conta e foram designadas de áreas protegidas.

Por todos estes motivos e estas diferenças afirmamos que o desenvolvimento de atividades de EA, varia de povo para povo, de país para país, e de lugar para lugar, respeitando a tradição e os costumes do povo, o lugar, o país, devendo ser realizadas na

língua oficial, e se possível nas línguas étnicas do país; permitindo assim que a mensagem passe e que seja acessível a todos.

Com o passar dos tempos, mudam-se os hábitos, as maneiras, e muitas vezes as culturas, mas mesmo com as transformações com que o mundo se depara deve-se valorizar a cultura, as leis e regras tradicionais que sejam protetoras do ambiente e respeitadoras socialmente. Atualmente vivemos num tempo em que os valores tradicionais nem sempre são os que importam mais. Com a globalização, as sociedades mudaram e muitas ações anteriormente aceitáveis, são hoje questionadas, e o mundo exige que as pessoas reflitam, questionem e depois se posicionem sobre as questões éticas. O educador ambiental tem o dever de disponibilizar instrumentos que permitam ao educando questionar a sua cultura e tradição, porque não é só pelo facto de ser tradição e cultura que temos de continuar a praticá-la, mas vale a pena ressaltar que antes de questionarmos qualquer que seja a cultura temos de a conhecer.

O futuro hoje é muito incerto, tanto no âmbito cultural como ambiental, o que nos obriga a pensar nas nossas ações e nos momentos certos em que as devemos realizar. Atualmente temos mais opções de escolha, o que nos torna mais livres, porque a diversidade aumenta a nossa possibilidade de liberdade. A pluralidade ética ajuda-nos a entender que há mais possibilidades de escolha. Deste ponto de vista, a diversidade é um valor, no entanto temos de ter normas para a regularizar, e sobretudo capacidade para questionar, refletir e transformar ou atualizar.

Todo o ser vivo depende da boa qualidade do ambiente para sobreviver, mas o Homem por ter a capacidade de desenvolver tecnologia que lhe permite adaptar-se a qualquer meio esqueceu-se de preservar a boa qualidade do ambiente, está a consumir cada vez mais recursos naturais para o sustento do desenvolvimento tecnológico e a natureza já não esta a conseguir repor esses recursos. O Homem tem de passar a ter responsabilidades para além do seu muro temporal, como tal o educador ambiental tem de educar para a esperança, porque ainda estamos em tempo de inverter o atual quadro ambiental. A esperança é também mobilizadora da ação.

O que realmente pretendemos analisar neste ponto é a atividade cultural direcionada e integrada no ambiente. Quando pretendemos proteger a natureza, utilizamos o intelecto no plano coletivo e associamos a cultura nas suas diversas ramificações e o resultado obtido não é a expansão da cultura, mas sim a participação comum na proteção e conservação do ambiente.

3. O papel das ONG da Guiné-Bissau na educação ambiental

Nesta secção do estudo detalhamos o surgimento das primeiras ONG na GB, as circunstâncias em que surgiram e algumas leis que as alicerçam, destacando o conceito e as suas importâncias para o desenvolvimento sustentável e o impacte das suas ações na sociedade rural da GB. A referida subsecção subdivide-se em: (i) enquadramento histórico da ONG na GB; (ii) enquadramento conceptual e legal; (iii) contribuição das ONG para a educação ambiental na GB. De seguida detalhamos cada um dos pontos referidos.

3.1. Enquadramento histórico das ONG na Guiné-Bissau

Com o término da segunda guerra mundial surgiu um novo movimento, as Organizações Não Governamentais, com o intuito de apoiar os refugiados e denunciar a pobreza que resultou da guerra. Nas décadas de 70/80 estes organismos evoluíram e ampliaram o seu campo de atuação, focando-se não só nas causas humanitárias como no desenvolvimento. Como ressalta Mauri (2013) “passaram dum trabalho humanitário focalizado na ajuda aos refugiados a uma denúncia da pobreza como consequência da ordem económica mundial. Podemos dizer, portanto, que as ONGD (organizações não governamentais para o desenvolvimento), se tornaram mais políticas” (p. 9).

Como já é do conhecimento geral, a guerra nunca deixa bons rastros, lembranças e impactos, deixa sempre destruição e caos, o que não deixa de ser o caso da segunda guerra mundial. A situação social e económica deixadas pela segunda guerra levou a que se criasse uma grande onda solidária, neste período concretizou-se a Carta Universal que defendia os direitos do Homem, sua liberdade e respeito. Durante este período, a igreja desempenhou um importantíssimo papel, consciencializando sobre a necessidade de apoio aos mais necessitados, o que alavancou a visão de criação das ONG. Segundo Vieira (1996), sobre a criação das ONG consideram-se muitas e diferentes versões da sua origem. De acordo com o autor, a descolonização dos países Africanos impulsionou muito o surgimento das ONG. Mauri (2013) refere que depois da independência dos Estados Africanos, no início da década de 60, os missionários europeus acabaram por se encontrar sem apoios logísticos, os quais eram anteriormente fornecidos pela administração colonial. Assim, começaram a dirigir-se às suas comunidades e congregações de origem para pedir suporte financeiro. Constituíram-se, desta forma,

associações de cidadãos, de inspiração católica, com o objetivo de sensibilizar a consciência pública relativamente aos problemas ligados ao fraco desenvolvimento vivido nos países ditos do “sul do mundo”. Por outro lado, por esta mesma altura, surgem outros movimentos civis que importa ter em conta, os movimentos juvenis, nascidos nas movimentações políticas e sociais, nas organizações juvenis, nos ambientes estudantis e sindicais.

Na esteira de Barros (2014), com a África descolonizada surgem novos estados que trouxeram novas ideias e lutas, sendo as ONG suas porta-vozes. O surgimento das primeiras ONG na GB, deu-se nos anos 50 e eram religiosas, situação que perdurou até aos anos 70, isto porque o poder colonial censurava qualquer tentativa de conscientização da população contra o regime colonial. Eram apenas autorizados os movimentos religiosos, grupos desportivos, “*mandjuandadi*”, já que eram considerados inofensivos ao regime.

Logo após o regime colonial, durante o regime unipartidário, surgiram as Organizações Sociais de Massa (OSM), criadas pelo partido único, o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde para mobilizar e despertar a população para a reconstrução nacional. Estas OSM eram: Juventude Amílcar Cabral; Pioneiros Abel Djassi; União Democrática das Mulheres; União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (Barros, 2014).

Segundo o mesmo autor, no início da década de 80 houve uma considerável queda económica, que veio como resposta às inapropriadas políticas, o que forçou, em 1984, a admissão do programa de ajustamento estrutural em parceria com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Em 1990, o país deixa de ter um único partido e adere ao multipartidarismo, juntamente com o novo regime surgem as primeiras ONG nacionais.

De 1986 a 1998, o Instituto de Solidariedade e Amizade (SOLIDAMI) ficou encarregue de coordenar as atividades e apoiar a criação e registo das ONG, este órgão era tutelado e supervisionado pelo Ministério da Cooperação Internacional. Mas essa proeza não foi mérito só de SOLIDAMI, foi também responsabilidade das ONG nacionais e Internacionais como: Amigos da Criança; Tiniguena; AD - Ação para Desenvolvimento; RADI/SWISSAID; Associação Guineense de Estudos e Alternativas; e Fundação Amílcar Cabral, entre outras. Com a conquista da liberdade de expressão, o trabalho das ONG teve uma grande visibilidade, o que conseqüentemente fez crescer o seu número nas mais diversas áreas de intervenção. Segundo Barros (2014) identificam-se traços pré-coloniais nas zonas rurais e urbanas, que sustentam a existência de movimentos,

associações, organizações de pessoas com ações para o desenvolvimento independentes do estado, como por exemplo, associações culturais, organizações de mulheres e outras. Segundo o mesmo autor, o crescimento das ONG na capital, Bissau, influenciou o aparecimento de ONG nas regiões, por exemplo:

- Sul, Tombali - Associação dos Fruticultores de Cubucaré, apoiada pelo Departamento de Pesquisa Agrária do Ministério da Agricultura, que promovia o desenvolvimento, a participação coletiva e a defesa do ambiente;
- Leste, Bafatá e Gabú - esta região é conhecida pelo comércio entre o Senegal e a Guiné-Conacri, do que decorre uma grande troca de experiências e de cultura, influenciando assim na criação das ONG, como o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Leste;
- Cacheu - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da zona II, financiado pela Cooperação Sueca;
- Oio - RADI; Igreja Cristo Agricultura e Projeto; Associação de Ajuda de Povo para Povo; Associação Internacional de Voluntários Leigos e posteriormente KAFO/SWISSAID em Djalicunda, contribuíram para o desenvolvimento das organizações.

Com a guerra civil de 7 de junho de 1998 muitas ONG e redes de apoio às ONG acabaram por desaparecer. Durante e após a guerra surgiram duas organizações de grande importância para a situação do país, na altura, e para a sociedade, até aos dias atuais: Movimento da Sociedade Civil para a Democracia e Paz, criado em 1998; e a Célula das ONG, criada em 1998, mas que em 2000 passou a ser Plataforma das ONG.

Após todo este percurso as ONG não pararam crescer. De destacar algumas ONG que tiveram importantes papéis para a sociedade guineense: Rede Nacional das Rádios Comunitárias - 1998; e a Célula de Apoio à Planificação Regional; West Africa Network For Peace Building - 1999 em Gana/Accra, foi inaugurada na Guiné-Bissau em 2004; Rede Nacional de Luta contra a Violência - criada em 2004; Rede de Concertação e Coordenação das Organizações e Micro-Finanças - 2003; Rede Nacional de Juventude - 2002; Concelho Nacional da Juventude; Confederação das Organizações Não-Governamentais Intervenientes na Margem Sul do Rio Cacheu 2002; Rede das Mulheres Africanas, Ministras e Parlamentares; Associação das Mulheres das Atividades Económicas (Barros, 2014).

3.2. Enquadramento conceptual e legal

Apresentar uma definição exata de ONG é um processo complexo pois é um conceito dinâmico, amplo e com um grande leque de seguimentos e opções, como referiu Goff (2005) pela múltipla e rica onda de movimentos que compõem uma ONG. De uma forma simples pode definir-se como conjunto de pessoas privadas que partilham dos mesmos objetivos e metas e sem fins lucrativos. Mesmo que a motivação dos membros seja de ordem pessoal, acaba por se encaixar no coletivo, ideia partilhada por Bernoux (2005), afirmando que na organização existe sempre um encontro entre o individual e o social.

Antes de 1991 não existia, na GB, uma legislação sobre as Organizações da Sociedade Civil (OSC), especificamente para as ONG. Como já referimos, nesse ano iniciou-se o regime democrático, o que facilitou o surgimento e proliferação das ONG e outras formações associativas que formam a OSC, que é o sector privado. Esta mudança no regime originou a alteração da Constituição da República, que liberou o multipartidarismo, a liberdade de expressão, a criação das ONG e outros (Sangreman, Guilherme & Barros, 2006).

Desde então, as OSC, principalmente as ONGD, pressionaram e lutaram (até hoje lutam) arduamente para a criação de leis e decretos que protejam e preservem a integridade das pessoas e do ambiente, entre outros. A título de exemplo mencionamos algumas leis que foram aprovados graças ao esforço das ONG:

- Lei 14/2011 - criminalização da excisão feminina;
- Lei 12/2011 - prevenção ao combate de tráfico de pessoas.

Na GB, as ONG são classificadas legalmente como associações, mas existe um decreto que entende que elas devem ser classificadas numa categoria à parte. Juridicamente são um coletivo de direito privado, com criação livre, apartidárias e sem fim lucrativos, conforme o Art. n.º 2 do decreto 23/92. São voluntárias, mas cada uma com o seu objetivo e meta, visando sempre o desenvolvimento local, nacional e até global.

Na constituição guineense (Art. 55, n.º 1), é independente a autorização para a constituição de associações. A importância da constituição e formatação jurídica da organização verifica-se no estabelecimento de parcerias ou na mobilização de recursos com os parceiros, doadores ou com o sector público. Pode então afirmar-se que o direito da associação se encontra plenamente assegurado pela Constituição, ao passo que, a obtenção da personalidade jurídica depende do devido registo.

As ONG fazem parte das OSC, que por sua vez englobam sindicatos, associações, meios de comunicação, fundações e outros. Dentre elas, as ONG, as associações e as fundações de direito privado têm a sua existência legal com a inscrição de suas ações constitutivas no cartório notarial.

No que diz respeito às ONG, são os seguintes diplomas legais que regem a sua existência, validade e eficácia na OSC:

- Decreto-lei n.º 23/92 de 23 de março de 1992 - disciplina a criação e o exercício da atividade das ONG;
- Lei n.º 5/98 de 5 de julho de 1995 - determina que as mercadorias importadas como bagagem pelas ONG, ou ao abrigo de isenção, não são por ele abrangidas;
- Decreto-lei n.º 5/98 - estabelece o regime jurídico do uso privativo da terra: artigo 41- organismos e associações de utilidade pública, sem fins lucrativos estão isentos de impostos fundiários; Artigo 11- gratuita a atribuição do direito mediante uso consuetudinário.

O Decreto-Lei 23/92 de 23 de março foi aprovado em 1992 pelo governo para regulamentar a criação e o exercício de atividades das ONG nacionais. Esta aprovação ocorreu um ano após a adesão ao multipartidarismo, já que neste período, como já referimos, houve uma crescente criação de ONG, como a Liga dos Direitos Humanos; Tiniguena; AD (Ação para o Desenvolvimento); Associação Guineense de Estudos e Alternativas; Associação Guineense de Estudos e Divulgação de Tecnologias Apropriadas; entre outras. O referido documento trata da constituição, organização, gestão, financiamento e dissolução das ONG, e ainda atribui à SOLIDAMI o papel de apoio, seguimento e fiscalização da intervenção das ONG nacionais e internacionais.

Segundo o mesmo Decreto-Lei, para a criação das ONG, são suficientes cinco membros e os dossiers de criação devem conter os seguintes documentos: estatutos da organização; cópias de bilhete de identidade devidamente reconhecidas as assinaturas no notário e número de conta bancária. Este dossier passa pelo Ministério da Justiça para escritura pública, depois é encaminhado e depositado no SOLIDAMI, daí vai para o Ministério das Finanças e do Plano e Cooperação. Após todo o processo de criação as ONG devem enviar, anualmente, cópia do relatório financeiro e de atividades, explicando a origem dos fundos e o plano de atividades para o ano seguinte (Art.º. 17).

Importa referir que este decreto deve ser urgentemente discutido e corrigido, já que a SOLIDAMI está extinta há muito tempo e a sociedade foi sujeita a várias mudanças, pelo que o referido documento deveria estar em conformidade com a situação

atual. Por outro lado, os membros fixos e com um salário das ONG encontram-se emoldurados pela Lei Geral de Trabalho, sendo inexistente uma lei que regule o trabalho voluntário, o que precisa ser urgentemente solucionado, sendo que grande parte das atividades das organizações que compõem a sociedade civil têm por base o voluntariado.

No que diz respeito às atividades de cariz comercial, como confeção e venda de produtos pelas ONG, está apenas citado no artigo n.º 15, que estas atividades fazem parte do fundo das ONG nacionais. Com a evolução das ONG na GB faz-se sentir uma grande necessidade de atualizar as leis das ONG e os seus registos, para um melhor acompanhamento e definição dos seus papéis na sociedade.

3.3. Contribuição das ONG para a educação ambiental na Guiné-Bissau

As ONG são indispensáveis para o desenvolvimento da GB, na defesa dos direitos humanos, do ambiente, e outros, ou seja, para um desenvolvimento sustentável. No entanto, desde os primórdios apresentam uma grande fragilidade já que dependem em mais de 90% do financiamento dos parceiros internacionais; como ressalta Barros (2006) esta dependência “resulta da fraca capacidade económica de autofinanciamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno” (p. 29). As ONG na GB, focadas no ambiente, têm como preocupação maior, questões associadas com a degradação ambiental e procuram formas para ultrapassá-las, para que o desenvolvimento seja mais sustentável. Estas ONG são, sem dúvida, as responsáveis pela capacitação da maior parte da população acerca desta temática, através do planeamento e execução de uma extensa lista de ações de EA não formal e informal, usando ações inovadoras e motivando as pessoas para serem cidadãos cada vez mais comprometidos com as questões ambientais.

A título de exemplo, as ONG têm trabalhado muito no processo de aprofundamento e expansão das ações de EA não formal, e às vezes, impulsionam iniciativas governamentais e apoiam as organizações da diligência privada interessadas no desenvolvimento de projetos na área. São as maiores defensoras e prestadoras de serviços referentes ao ambiente, tanto local como nacionalmente. Têm como objetivos a promoção da participação coletiva, disponibilização das informações que orientam e fomentam a boa conduta para a preservação e conservação ambiental.

Devido à constante instabilidade política, social e económica, os governos desde a independência até à data presente não conseguem suprir as necessidades básicas do povo, com um sistema de ensino extremamente débil, o que faz com que as informações

não estejam disponíveis e ao alcance de todos, principalmente dos habitantes das áreas rurais. As ONG ambientais, como a Palmeirinha que é uma das precursoras; a AD com um extenso e recheado currículo nesta área; e a COAJQ que foi realização de um sonho comum de jovens recém-formados de uma forma legal, honesta e com o sentido de colmatar a falta de oportunidades e emprego vigente no país, desenvolvem ações em vários aspetos, que contribuem fortemente no processo de desenvolvimento sustentável. Graças a estas ações, atualmente, estas ONG dão suporte às instituições do estado. Mas a instabilidade política e as frequentes mudanças nas instituições do estado atrapalham a consolidação e desenvolvimento desta relação. E é pensando nos próximos, num planeta consciente e sustentável, com oportunidades iguais que o IMVF tem atuado em Portugal e em todos os países, incluindo a GB, financiando os projetos e zelando pelo bem-estar do ambiente, pelo desenvolvimento local, nacional e internacional.

4. Metodologia

A clarificação da metodologia utilizada é importante numa investigação para assim responder às questões levantadas em todo o percurso da investigação e aos objetivos que se pretendem alcançar. Assim, damos a conhecer a metodologia utilizada, dividindo esta secção nas seguintes subsecções: (i) natureza da investigação; (ii) caracterização do contexto; (iii) técnicas e instrumentos para a recolha de dados; e (iv) tratamento de dados. Descrevemos, cada uma delas, seguidamente.

4.1. Natureza da investigação

O presente estudo é de natureza qualitativa e descritiva, considerando as questões formuladas e os respetivos objetivos da investigação, que exigem uma descrição e interpretação dos conteúdos recolhidos. Segundo Carmo e Ferreira (1998), a investigação descritiva acarreta primeiramente, estudar o fenómeno, depois compreender todo o contexto e só depois é que se explana a situação atual do fenómeno em causa. Numa investigação de natureza descritiva, os dados são utilizados para responder às questões do estudo.

A investigação de natureza qualitativa proporciona-nos um campo de entendimento dos comportamentos e experiências dos indivíduos em relação às mais variadas circunstâncias. Este tipo de investigação, permite diferentes interpretações, variando de pessoa para pessoa. Numa pesquisa qualitativa o importante não é o produto, mas sim os processos, como defendem alguns autores Bogdan e Biklen (1994) e Ludke e André (1986). Para Bogdan e Biklen (1994) a natureza da investigação, descreve um fenómeno com intimidade através de descoberta de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos, pois, nestes estudos, há sempre uma tentativa de descobrir e compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto. O principal objetivo, destes estudos, não é generalizar, mas sim compreender os sujeitos e os fenómenos em todas as suas formas, complexidade e singularidade.

Tendo em conta que a presente investigação envolve o estudo minucioso de um processo específico e de um contexto em concreto, assume-se a mesma como um estudo de caso (multicaso – 4 ONG). Para Yin (2005) o estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, os limites entre os fenómenos e o seu contexto. De acordo com Coutinho e Chaves (2002), o

estudo de caso passa por três estados: exploração, descrição e explicação. O estudo de caso passa pela observação cuidadosa de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico (Bogdan & Biklen, 1994). Nesta investigação, o estudo de caso passa por identificar, revelar, analisar, entender e explicar as ações de EA realizadas pelas ONG nas zonas rurais da GB, no contexto atual e real, de forma minuciosa para assim despertar o conhecimento e mudar as opiniões acerca das ações das ONG e alertar as pessoas sobre as problemáticas do ambiente. Além da necessidade de dar respostas às questões de estudo, foram tidas em conta alguns aspetos éticos, como, não fazer perguntas não muito relevantes para o estudo e que possam ser interpretadas como ofensivas; sendo comunidades com a maioria da população analfabeta, os guiões foram preenchidos por nós. Outro aspeto prendeu-se com o facto de na GB muitas das pessoas serem casadas por usos e costumes locais então no estudo foram tidas em conta como casados, mesmo que alguns dos homens, principalmente em Buba, sendo uma comunidade maioritariamente muçulmana, seja permitido segundo a religião casarem com até quatro mulheres, sendo assim não fizemos questão em perguntar sobre esta situação.

4.2. Caraterização do contexto

Esta investigação foi realizada na Guiné-Bissau (GB), que é um país situado na costa ocidental da África, faz fronteira, a norte e leste com o Senegal, a leste e sul com Guiné-Conacri, e é banhado a oeste pelo Oceano Atlântico. É um país de clima tropical, constituído por uma parte continental e uma insular, composta por 88 ilhas e ilhéus, com 36.125 km² (INE – 2017). A densidade populacional do país é de 43,35 habitantes/km², composta pela seguinte estrutura etária: 0 – 14 anos: 43,44%; 15 – 64 anos: 54,50%; mais de 65 anos: 2,06%, tendo uma taxa de analfabetismo de 34,4% (INE 2017). O território da GB está organizado em oito regiões e por um setor autónomo (Bissau). As regiões estão, por sua vez, divididas em setores (37 no total) e estes em secções, compostas por tabancas (aldeias).

Na GB podemos encontrar cerca de 30 etnias diferentes: Balantas (cerca de 27%), Fulas (cerca de 23%), Mandingas (cerca de 12%); Manjacos de Cacheu (cerca de 11%), Papeis de Bissau (cerca de 10%) e, em menor quantidade, os Felupes, Baiotes, Mancanhas ou Brames, Biafares, Nalus e os Bijagós, entre outros (ANEME, 2018). Segundo os dados apresentados pelo ANEME (2018) a situação religiosa está

estruturada da seguinte forma: Étnicas (animistas) – 44,9%, Islâmica (sunitas) – 41,9%, cristãos – 11,9% e outras (incluindo ateus) – 1,3%.

O país está entre os países mais pobres do mundo (BM, 2015), segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2012. Atualmente, a base económica é o setor primário, com 67% do Produto Interno Bruto e 80% dos empregos. A castanha de caju conta com 30% destes 67%.

A GB é muito famosa pelos seus recursos faunísticos, em especial piscatórios, além destes, também tem um grande potencial de flora, conta ainda com importantes depósitos de fosfatos e bauxite, existindo, também jazidas, ainda não exploradas, de petróleo. As comunidades (tabancas), são normalmente muito organizadas, existem sempre “*chefes das tabancas*”, que são os líderes e que exercem um papel muito importante, são uma espécie de “*voz da tabanca*”, eles normalmente é que são o juiz, o sábio, o responsável pelo bem-estar da comunidade e têm o dever proteger a comunidade, são muito respeitados, a “*voz deles é uma lei*”.

Como referido no ponto anterior deste trabalho, a GB conta atualmente com inúmeras ONG que atuam em diferentes áreas: sociais, políticas, ambientais, culturais, etc.; algumas são nacionais e outras internacionais; muitas têm como finalidade o desenvolvimento sustentável, o ambiente e a educação. Resolvemos trabalhar com quatro ONG, sendo, três nacionais e uma internacional; para que, assim possamos avaliar, analisar e fazer uma crítica reflexiva e construtiva acerca dos trabalhos realizados e o impacto que estes têm nas comunidades em que atuam. As referidas ONG, que se disponibilizaram voluntariamente para colaborar no estudo, são: Palmeirinha; COAJQQ; AD e IMVF.

4.2.1. Caraterização das comunidades

De acordo com as ONG colaboradoras, as comunidades que participam no estudo são: Buba (Nhala cruzamento e Nhala Centro); São Domingos e Canchungo. As ONG citadas neste trabalho desenvolvem as suas ações em praticamente todo o território nacional, assim para as ONG Palmeirinha e AD selecionamos duas comunidades diferentes e para a ONG Palmeirinha optamos pela cidade de Buba, já que é onde ficam situadas as lagoas de Cufada, uma das áreas protegidas conhecida pela sua grande diversidade biológica. Buba é a capital da região de Quinara, banhada pelo rio grande de Buba, é povoada maioritariamente por Balantas e Beafadas (Nha mininu, 2017), pelo facto destas duas etnias serem as predominantes na região, o que não significa que não

existam outras, no caso das tabancas de Nhala Cruzamento a maioria ou seja 99% dos habitantes são da etnia Fula, a tabanca de Nhala centro é habitada por 95% de Fulas e 5% de Balantas. Nestas duas tabancas a base económica é a horticultura, apicultura e extração de óleo de palma. São comunidades muito machistas, as mulheres estão em segundo plano e são muito submissas. Aquando do nosso primeiro contacto com a comunidade tivemos de falar primeiro com os homens e anciões da tabanca, explicar e esclarecer o motivo da nossa ida até a tabanca, e só com a aprovação deles é que podemos falar e obter a resposta das mulheres e crianças que iam sempre ao encontro do que foi dito pelos homens. Mas esta questão, não é um problema atual e não é um caso à parte, a própria sociedade guineense é machista, é um problema social que vem dos antepassados que só se vai modificando e camuflando dentro da sociedade. Antigamente era tido como normal, e hoje, com a modernização e sendo frequentemente pauta de discussões as sociedades ainda o são, só que disfarçadamente.

Para a ONG AD trabalhamos com São Domingos, uma das cidades da Região de Cacheu, com 1.035 Km², conta com o mais importante posto de controlo que liga a Guiné-Bissau ao Senegal, pelo que sofre grande influência senegalesa. Fica situada a norte do rio Cacheu e usufrui de diversos e ricos recursos marítimos graças ao rio, além dos recursos marítimos a cidade conta ainda uma grande e variada quantidade de outros recursos naturais.

Para a ONG COAJQJQ trabalhamos na cidade de Canchungo, sendo ela a principal zona de intervenção da ONG e onde situa a sua sede. A cidade fica a sul do rio Cacheu. Segundo uma publicação no site oficial da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA, 2020), a região de Cacheu é a segunda mais populosa da GB. Conhecida por ter sido o palco do comércio de escravos, fundada em 1588, é banhada pelo rio Cacheu. Caracteriza-se por ser uma região com beleza natural, um clima tropical agradável, uma das principais zonas da pesca artesanal, culturas pluviais e pecuária. Alberga o importante Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, que conta com uma grande diversidade biológica e também a famosa Fortaleza de Cacheu do século XVI, recuperada pela UCCLA em 2004.

Nas comunidades em que trabalhamos obtivemos 112 respostas ao questionário, sendo 95 pertencentes à ONG Palmeirinha da Região de Quinara concretamente da cidade de Buba e suas comunidades e os restantes 17 pertencentes a ONG AD da Região de Cacheu concretamente S. Domingos, estes 17 estão divididas em diversas comunidades, como é indicado na tabela 1. Só apresentamos os resultados de duas ONG nacionais, devido ao fator tempo, agravado pela condição de pandemia COVID-19

que vivenciamos. Além disso, de referir que este é um trabalho independente e tanto as ONG como as pessoas nas comunidades participaram voluntariamente. Assim, no primeiro contato com as ONG, como em qualquer instituição cumprimos todas as formalidades necessárias e conseguimos recolher dados, mas não da forma que tínhamos inicialmente previsto, pois, encontramos algumas dificuldades, já que nem todos estão disponíveis para participar e com a pandemia COVID-19 que obrigou ao isolamento social a situação foi muito mais complexa. Relativamente ao IMVF, a não recolha de dados com a população foi uma decisão nossa, por que é financiadora da maioria das ONG na GB, como já referimos, portanto abrange as mesmas comunidades.

Tabela 1 - Comunidades e número de inquiridos

ONG	Comunidades	N.º de respostas
ONG AD / S. Domingos	S. Domingos	9
	Cubompa Balanta	4
	Outros	4
ONG Palmeirinha/ Buba	Nhala Centro	42
	Nhala Cruzamento	53
Total		112

Trabalhamos com cidadãos de todas as idades, que agrupamos por faixas etárias, como evidenciamos na tabela 2. Nas comunidades pertencentes à ONG AD tivemos respostas de cidadãos menores de 20 anos até aos 70 anos, quanto às comunidades da ONG Palmeirinha tivemos inquiridos menores de 18 anos até aos maiores dos 50 anos.

Tabela 2 - Idade e número dos inquiridos

ONG	Idade	N.º de respostas
ONG AD / S. Domingos	Menores de 20	4
	Dos 20 aos 39	9
	Dos 40 aos 75	4
ONG Palmeirinha/ Buba	Menores de 18	13
	Dos 19 aos 49	41
	Mias de 50	41
Total		112

Na recolha dos dados privilegiamos inquirir os jovens e adultos, no entanto defendemos que é preciso e muito importante dar uma atenção às crianças, porque trabalhando com esta população desde cedo, pois a criança cresce e constrói aprendizagens que transmite às gerações futuras. Além disto, em Buba, na comunidade em que trabalhamos, o que mais realçou foi o número de adultos questionados, o que consideramos que possa estar associado com a “cultura”, já que é uma comunidade em

que a maioria dos habitantes são da etnia Fula, culturalmente é uma etnia que preserva muito o respeito e obediência aos mais velhos, o que fez com que para que os mais jovens respondessem aos questionários tinham que ter permissão do chefe de tabanca. Não seguimos um critério uniforme para a caracterização dos intervalos de idades nas duas ONG, porque o número de inquiridos apresenta uma grande diferença, também esta diferença é nítida quanto à proximidade das idades, em S. Domingos por exemplo, não tivemos nenhum inquirido com menos de 18 anos, e por isso é que decidimos caracterizá-los desta forma.

Relativamente ao sexo dos inquiridos, os das comunidades pertencentes a ONG AD, obtivemos 13 masculinos e 4 femininos, sendo os das comunidades da ONG Palmeirinha, tivemos 59 masculinos e 36 femininos, tal como assinalado na tabela 3.

Tabela 3 - Sexo dos inquiridos

ONG	Sexo	N.º de respostas
ONG AD / S. Domingos	Masculino	13
	Feminino	4
ONG Palmeirinha/ Buba	Masculino	59
	Feminino	36
Total		112

Observamos uma situação semelhante à tabela anterior, sendo que neste caso nos deparamos com a problemática da desigualdade de género, que é uma realidade muito viva nas sociedades da GB. Como já referimos, ainda hoje na sociedade guineense, principalmente nas zonas rurais, as mulheres são em muitos casos submissas, estão sempre no segundo plano, e são elas, na maioria dos casos que sustentam a casa.

Relativamente ao estado civil dos inquiridos nas comunidades da AD responderam 17 solteiros e nenhum casado. Quanto às comunidades da Palmeirinha responderam 65 casados, 27 solteiros e entre viúvos e divorciados obtivemos 3 respostas, como apresentamos na tabela 4.

Tabela 4 - Estado civil dos inquiridos

ONG	Estado civil	N.º de respostas
ONG AD / S. Domingos	Casado	0
	Solteiro	17
ONG Palmeirinha/ Buba	Casado	65
	Solteiro	27
	Outros	3
Total		112

Todos os casados não são um casamento oficial perante a lei, mas sim casamentos tradicionais, a maioria dos homens casados têm um casamento poligâmico, e também nos deparamos com meninas jovens que tiveram um casamento “arranjado”, situações muito características na GB, no entanto não exploramos muito esta questão pela sua vulnerabilidade.

No que se refere ao nível de escolaridade, nas comunidades de S. Domingos os inquiridos com 12.^a classe são 4, os com 11.^a classe são 7 e com menos que a 11.^a classe são 6. Nas comunidades de Buba os inquiridos que não frequentaram a escola são um total de 26, os de 1.^a a 6.^a classe são de 49, de 7.^a a 11.^a classe são 20. Estes dados estão representados na tabela 5.

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos inquiridos

ONG	Nível de escolaridade	N.º de respostas
ONG AD / S. Domingos	12. ^a classe	4
	11. ^a classe	7
	Outros	6
ONG Palmeirinha/ Buba	Não frequentou	26
	De 1. ^a a 6. ^a classe	49
	De 7. ^a a 11. ^a classe	20
Total		112

Da leitura da tabela verificamos que alguns membros tem uma escolaridade inferior à 11.^a classe, o que, tal como já referimos, está relacionado com a precariedade do sistema de ensino da GB. Este facto reforça a ideia de que vimos a defender neste trabalho referente à necessidade de haver um maior investimento na educação. Globalmente, verificamos que a comunidade de São Domingos tem um nível de escolaridade mais elevado, provavelmente devido à influência senegalesa.

4.2.2. Caracterização das ONG e seus coordenadores

A ONG Palmeirinha foi criada em 1992, pela UICN, inicialmente como um dos programas da UICN, depois do Rio-92, viu-se uma grande necessidade de sensibilizar as pessoas, principalmente as que residiam nas partes costeiras, sobre a importância da boa gestão dos recursos naturais para que haja maior sustentabilidade e não afete a qualidade de vida das gerações futuras. Assim, a sua intervenção era estritamente pedagógica, com o financiamento dos parceiros internacionais, publicavam três vezes por ano livros de banda desenhada que continham informações acerca da preservação ambiental, de uma forma bastante criativa e com uma linguagem acessível para todo o

público. Os referidos livros serviam também de apoio aos professores nas escolas, já que estes não dispunham de muitos recursos didáticos sobre o ambiente. Durante vários anos o programa Palmeirinha disponibilizou sessões de formação aos professores e programas radiofónicos. Só em 2004, quando alargou as suas ações é que se sentiu a necessidade deste programa da UICN se transformar numa ONG, assim nasceu a ONG nacional Palmeirinha. Esta tem seis membros remunerados e mais de 200 membros voluntários, entre professores, guardas florestais e outros. Os seus parceiros internacionais são: UNICEF, Partenariat Régional pour la Conservation de la Zone Côtière et Marine en Afrique de l'Ouest, Foundation pour la Nature, Programa Alimentar Mundial, UICN; os nacionais são: Ministério da Educação Nacional, Secretaria de Estado de Ambiente, IBAP, Tiniguena, AD, Rádios comunitárias, Rede de professores ambientalistas das áreas protegidas (Palmeirinha, 2020). Atualmente tem como Diretor Executivo o Biólogo Nicolau Mendes e atua em três vertentes: pedagógica, ambiental e social. As suas ações são desenvolvidas em todo o território nacional, ficando a sede situada na avenida Dom Setimio Arturo Ferrazeta, nas instalações do IBAP.

A AD foi criada no dia 09 de Novembro de 1991, promove o desenvolvimento através de técnicas de capacitação e animação comunitária e incentiva a participação da população rural e urbana em atividades que promovam a cidadania, a conservação dos recursos naturais através de EA e ecoturismo, a valorização e resgate da cultura nacional e local e da história, a promoção da transformação dos produtos locais, a sensibilização através da rádio e televisão comunitária, a formação profissional e comunitária, a disponibilização de escolas comunitárias, centros de saúde, água potável, latrinas, centros culturais e bibliotecas (AD, 2011).

A AD desenvolve as suas ações em três zonas do território nacional: Região de Tombali (Cubucaré e Quitafine), Região de Cacheu (S. Domingos e Bigene) e Sector Autónomo de Bissau (Bairro de Quelele). Os seus principais domínios de intervenção são o reforço organizacional e desenvolvimento das comunidades, a soberania e segurança alimentar, o ambiente, o desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural integrado. Tem como principais parceiros: UE; UICN; Foundation pour la Nature; FIBA; UNICEF; Programa Alimentar Mundial; PNUD; Associação Internacionalista para a Natureza; Universidade Livre de Milão; IMVF; Fundação Mário Soares; Instituto Politécnico de Leiria; IBAP; Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Ministério de Educação; INEP; INPA; e outros. Tem como Diretor Executivo o Engenheiro Tomane Camará (AD, 2011).

A COAJQ é uma ONG local, é uma cooperativa agropecuária fundada no ano 2000 por técnicos guineenses com formação em agronomia, pecuária e floresta. Sedeada na Região de Cacheu, intervém nos setores da agricultura, pecuária, pesca, transformação e conservação de produtos agrícolas. Conta com 22 funcionários permanentes. Os seus objetivos principais são reforçar as atividades agropecuárias da região e contribuir para o aumento da segurança alimentar. Ainda assenta na mecanização em pequena escala, irrigação, informação, sensibilização e assistência técnica. Toda a sua ação procura integrar tecnologias de baixo custo e o respeito pelas melhores práticas ambientais, integrando as questões de género e de resiliência às alterações climáticas (Fundação João XXIII, 2013).

Conta atualmente com a parceria de 37 associações locais de produtores, num total de 1850 associados. Desenvolveu um campo de demonstração para plantas silvícolas, frutícolas e hortícolas. Ao mesmo tempo, introduziu um sistema de rega moderna bem como técnicas de processamento e transformação, nomeadamente para vinagre de lima, sumo e vinho de caju e óleo de palma. Está a produzir 8000 frangos por ano, com uma rede de criadores de 200 pessoas. Ajuda a organizar os produtores orizícolas para a gestão dos campos de produção. Dinamizou uma rádio comunitária com uma ampla cobertura na região e com ações de educação e sensibilização para a produção, a proteção ambiental, as ações climáticas. Tem como o Diretor executivo o Engenheiro Leandro Pinto Júnior (COAJQ, 2007).

O IMVF foi criado em 1951, tendo iniciado atividade como ONGD em 1988 em São Tomé e Príncipe. Foi a partir dos anos 90 que expandiu as suas ações a outros países, principalmente aos de língua oficial portuguesa, e diversificou ainda suas áreas de atividade. Na sede central, que é em Portugal, são 21 membros permanentes, 166 quadros no mundo, num total de 187 pessoas. A ONG ajuda as comunidades a deixar como herança um ambiente igual ou melhor do que aquele que elas encontraram (IMVF, 2020). Na Guiné-Bissau, é uma das ONG internacionais que mais financia projetos das ONG nacionais, e ainda desenvolve projetos na saúde, ambiente, desenvolvimento local e sustentável.

No que refere à caracterização dos coordenadores, como partes fundamentais das ONG, sublinha-se que, foram entrevistados quatro diretores executivos: Nicolau Mendes (NM), Diretor Executivo da Palmeirinha, Biólogo e especialista no domínio da educação e comunicação ambiental, o seu percurso nesta ONG começou em 1993 quando foi convidado como membro animador, atividade que exerceu até 2003, em 2004 foi conduzido como diretor interino até 2016, quando foi organizado a primeira assembleia

geral da ONG foi eleito Diretor executivo até a data presente. Leandro Pinto Júnior (LPJ), Diretor executivo da COAJQ, engenheiro agrônomo, reside em Canchungo, casado, Diretor Executivo da COAJQ desde 2000. Eugénio Jorge Mango (EJM), representante do Diretor Executivo da AD, engenheiro agrônomo, 54 anos, casado, vive em S. Domingos, natural de Bissau, coordenador e animador da AD no sector de São Domingos. Os três diretores executivos entrevistados são todos guineenses. João Monteiro (JM), em representação do Diretor Executivo do IMVF, tem 44 anos, é casado, vive em Sintra - Lisboa, é português, licenciado em relações internacionais e técnico de projetos do IMVF desde 2010.

Dos quatro coordenadores, três são guineenses e um português; os nacionais residem na Guiné-Bissau, mas em zonas diferentes, um no Setor Autónomo de Bissau, os outros dois residem na região de Cacheu, só que um em Canchungo e o outro em S. Domingo, enquanto o internacional reside em Portugal. Dois deles, Nicolau Mendes e Leandro Pinto Júnior são os diretores executivos das respetivas ONG e os outros dois, Eugénio e João estão em representação dos seus diretores executivos. Enquanto Eugénio Mango, é coordenador da sua ONG numa das regiões, o outro é coordenador de projetos da sua ONG. Começaram a ocupar as suas funções nas ONG entre 2000 e 2010, o que demonstra que todos possuem muita experiência organizacional, comprometimento com o trabalho e com a ONG, dedicação e competência.

Ainda neste ponto do estudo, caracterizamos os animadores de duas ONG, COAJQ e Palmeirinha, isto porque só conseguimos estas duas entrevistas. O animador da ONG Palmeirinha, Idrissa Camara (IC), tem 45 anos; é guineense; bacharel em contabilidade; funcionário do IBAP, no parque natural das lagoas de Cufada; tornou-se membro animador da ONG em 2011, além de animador não desempenha nenhuma outra função na ONG. É um dos responsáveis pela implementação e seguimento de algumas ações da ONG em Buba.

O animador da ONG COAJQ, Quintino Augustinho Naponta (QAN), tem 35 anos, nasceu em Bula, mas atualmente reside em Canchungo, não é formado, mas tem a 12.^a classe completa, é animador desta ONG desde janeiro de 2010, além disso trabalha nas máquinas agrícolas e já foi responsável agrícola da ONG.

4.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Minayo (2012) afirma que numa investigação qualitativa as técnicas mais usadas são: a observação, o inquérito e a análise documental. Sobre este assunto, Lessard-

Hébert, Goyette e Boutin (1994) e Guiglione e Matalon (2001), realçam que é fundamental ter em conta que para compreender os fenómenos sociais e ambientais, devem usar-se diferentes técnicas de recolha de dados.

Das três técnicas acima citadas, utilizamos a análise documental e o inquérito, com os seus respetivos instrumentos; tal como apresentamos na tabela 6.

Tabela 6 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados nesta investigação

Questões	Objetivos	Técnicas	Instrumentos
Quais as atividades da Educação Ambiental desenvolvidas pelas ONG da GB?	Identificar as atividades da EA desenvolvidas pelas ONG da Guiné-Bissau nas comunidades rurais	Análise documental	Planos de atividades Relatórios de atividades
Qual a opinião dos responsáveis e membros das ONG da GB sobre a Educação Ambiental?	Conhecer a opinião dos responsáveis e membros das ONG da Guiné-Bissau sobre a EA	Inquérito	Guião de Entrevista
Qual o impacte das atividades de Educação Ambiental nas comunidades da GB?	Conhecer a perceção das comunidades rurais sobre as ações de EA desenvolvidas	Inquérito	Questionário

Realizamos a análise documental aos relatórios de atividades, planos de atividades e documentos oficiais das ONG e elaboramos dois tipos de inquéritos, por entrevista semiestruturada e por questionário. Descrevemos de seguida, cada um deles.

4.2.1. Análise documental

Gil (1994), afirma que a consulta documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica, “a única diferença está na natureza das fontes, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (p. 73).

Para Moreira (2007) a recolha de dados a partir da análise documental tem como principais vantagens a grande utilidade nas investigações primárias: a bibliografia ajuda à formulação do problema, à definição de hipóteses, à definição da população do estudo e à seleção da metodologia a usar; a não reatividade: os documentos podem ser produzidos em contextos naturais de interação social ao contrário da informação obtida diretamente pelo investigador mediante técnicas de observação ou inquéritos, a ausência do fator investigador não provoca preocupações com as reações que este possa provocar nas pessoas quando sabem que estão a ser investigadas; a exclusividade: os

conteúdos de certos documentos são absolutamente singulares e inacessíveis por outros meios; e a historicidade: desde que devidamente armazenados ou arquivados, os documentos permanecem no tempo.

Andrade (2012), Cohen e Manion (1990) e Sousa (2005) definem a análise documental como uma técnica usada com a finalidade de apresentar os conteúdos de um documento de forma diferente, em relação ao original, de modo a facilitar a sua leitura, compreensão e a aprendizagem de maior informação sobre o caso a ser investigado. De acordo com Aires (2015), existem dois tipos de documentos aos quais o investigador pode recorrer para a investigação: “documentos oficiais e documentos pessoais” (p. 42). Os documentos oficiais disponibilizam informações das organizações, aplicação das autoridades, das instituições, enquanto que, os documentos pessoais, são narrações de autores independentes.

Segundo o mesmo autor, a análise documental remete para três atividades: redução, exposição e extração de conclusões. A redução, implica a reformulação da informação, é feita no decorrer de todo o trabalho de investigação, os dados podem ser reduzidos e transformados, quantitativa ou qualitativamente (neste processo utilizam-se códigos, resumos, memorandos, metáforas e outros). Sendo assim, conclui-se que a técnica da análise documental é caracterizada por um processo dinâmico ao apresentar o conteúdo documental de uma forma distinta da original, gerando um novo documento. Além dos documentos escritos, também pode ser realizada através das imagens (fotografias, pinturas, mapas), áudio (músicas) e documentos audiovisuais (vídeos).

Nesta investigação analisamos os relatórios anuais de atividades dos últimos 10 anos, disponibilizados nos sites oficiais das ONG. Para as ONG COAJQ e Palmeirinha também fizemos uma consulta através de documentos audiovisuais que nos foram disponibilizados pelos próprios Diretores Executivos. Quanto à Palmeirinha analisamos ainda uma das edições dos seus livros educacionais que serviu de manual didático para os professores. Também as ONG nacionais disponibilizam informações acerca das respetivas instituições nos seus sites oficiais, de onde também retiramos algumas informações.

Para a ONG internacional, normalmente os relatórios e planos de atividades depositados nos sites, são uma compilação dos relatórios de todos os países em que atuam, pelo que tivemos de selecionar as informações mais pertinentes para a investigação.

4.2.2. Inquérito

Para Carmo e Ferreira (1998), o inquérito é uma técnica que se utiliza para descobrir alguma “coisa”. Ou ainda pode considerar-se o inquérito como um processo de recolha sistematizada de dados. De acordo com Barbosa (2012) há algumas vantagens sobre este tipo de técnica de recolha de dados, tais como “a possibilidade de atingir grande número de pessoas, garantir o anonimato das respostas, permitir que as pessoas respondam no momento que lhes pareça mais apropriado e não expõe os questionados sob influência do questionador” (p. 84).

Ainda Guiglione e Matalon (2001) ressaltam que o inquérito, mesmo sendo um método geral, em determinados momentos pode ser imprescindível para reorganizar e analisar um processo social. Os mesmos autores, apontam que o inquérito permite promover, interpretar e, generalizar um conjunto de discursos individuais. Existem dois tipos de instrumentos de inquérito: o questionário e a entrevista.

Relativamente ao inquérito, no presente trabalho aplicamos dois tipos de instrumentos de recolha de dados. Para os coordenadores ou Diretores Executivos das ONG e os animadores, o inquérito por entrevista, para a população, o inquérito foi por questionário. Para cada grupo a abordagem foi realizada de forma diferente porque os pontos de vista, a linguagem e as características dos grupos assim o exigiam. Descrevemos, com mais pormenor, os instrumentos usados.

Questionário

Segundo o Quivy e Campenhoutd (1998) o questionário é o instrumento mais adequado para conhecer uma população com as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores ou as suas opiniões. É útil quer para analisar um fenómeno social a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão, quer para inquirir um grande número de pessoas. Por sua vez Afonso (2005) ressalta que a aplicação de um inquérito por questionário possibilita converter a informação obtida dos inquiridos em dados pré formatados, facilitando o acesso a um número elevado de sujeitos e a contextos diferenciados” (p. 101).

Para este trabalho elaboramos um questionário para a população das comunidades beneficiárias das atividades das ONG nacionais citadas neste estudo. Foi aplicado exclusivamente à população beneficente das ações das ONG nacionais porque no decorrer da pesquisa detetamos que a ONG internacional citada no trabalho financia os projetos das ONG nacionais, principalmente as citadas neste trabalho. Ou seja, lançam concursos com um determinado foco de intervenção e as ONG nacionais

concorrem, elaborando e apresentando um projeto; a ONG internacional analisa os projetos e seleciona o que responde melhor às suas expectativas e financiam-no.

Nas comunidades em que a Palmeirinha e COAJQOQ intervêm, por se tratarem de comunidades em que a maioria das pessoas não teve acesso ao ensino formal, e como tal não sabem ler nem escrever e, obviamente, não percebem a língua portuguesa, eticamente seria inconveniente e constrangedor deixa-las preencherem sozinhas o questionário, pelo que o mesmo foi preenchido por nós segundo as respostas dadas pelos inquiridos, de referir que lhes colocamos as questões definidas em crioulo para uma melhor compreensão. Na comunidade em que intervém a AD foram os próprios inquiridos que preencheram o questionário, isto porque a maioria tinha um nível de escolaridade elevado, não tendo dificuldades em ler e escrever.

Entrevista

Ghiglione e Matalon (2001) consideram que “é habitual reservar o termo entrevista para as técnicas menos diretivas e designar por questionário as formas de inquirir em que as questões são formuladas antecipadamente” (p. 63). Anderson (2000), afirma que a entrevista é uma das principais procedências de dados num estudo do caso. Embora não seja a única, a entrevista é um dos instrumentos de recolha de dados, a que mais se recorre. Normalmente escolhe-se a entrevista com o objetivo de obter informação e revelar as mais variadas opiniões sobre a questão do estudo. Conforme Pardal e Correia (1995) que apontam como principais vantagens da entrevista:

- Possibilitar a obtenção de informação mais rica, detalhada e profunda;
- Não exigir um entrevistado alfabetizado;
- Ter a possibilidade de ser gravada, deixando a entrevista disponível para seguir o raciocínio do sujeito de estudo.

Segundo a classificação de Fox (1981) e de Cohen e Manion (1990) existem dois tipos de entrevistas:

- entrevistas estruturadas: em que o entrevistador segue rigidamente um guião preestabelecido;
- entrevistas não estruturadas: em que o entrevistador propõe o tema e o entrevistado discursa sobre ele, na ausência de um guião preestabelecido.

No entanto alguns autores como Morgan e Guevara (2008), afirmam que são três os tipos de entrevista, destacando as entrevistas semiestruturadas que são as que, a maior parte dos investigadores apontam como mais apropriadas na investigação qualitativa. Estas entrevistas não são inteiramente livres e abertas, nem orientadas por

um guião rígido de perguntas estabelecidas *a priori*, permitindo, por isso, correções, esclarecimentos e adaptações.

Neste estudo optamos pelas entrevistas semiestruturadas, permitindo que os entrevistados tenham oportunidade de explanarem um pouco mais as informações, mas, claro seguindo sempre as perguntas pré-estabelecidas, isso possibilitou-nos um maior conhecimento da ONG. Fizemos dois guiões de entrevista, um para os Diretores Executivos ou coordenadores das ONG e outro para os animadores. Quando não conseguíamos entrevistar o Diretor Executivo (DE) o mesmo guião servia para os coordenadores, isto porque a ONG pode não ter um DE, mas sim um coordenador, que desempenha a mesma função. Esta entrevista permitiu-nos avaliar, comparar o desempenho das ONG; permitiu-nos ainda detetar os constrangimentos, as dificuldades e os pontos fortes de cada ONG, do ponto de vista tanto de quem coordena e de quem realiza as atividades junto da população. As entrevistas aos coordenadores foram realizadas entre janeiro e março de 2020, na GB, respetivamente em Bissau, S. Domingos e Canchungo, e uma foi realizada online. Os entrevistados concordam em não serem anónimos.

4.3. Tratamento dos dados

Uma investigação de natureza qualitativa considera a análise de conteúdo como o processo mais indicado para tratamento dos dados, já que permite “efetuar inferências com base numa lógica explicativa, sobre as mensagens cujas características serão inventariadas ou sistematizadas” (Vala, 1986, p. 104). De acordo com Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994, p. 144); “a análise de conteúdo tem com frequência, uma função de complementaridade na investigação qualitativa, isto é, é utilizada para triangular os dados obtidos através de uma ou duas técnicas”. Os mesmos autores citados por Andrade (2012), afirmam ainda que, é a partir deste momento que o investigador analisa o material a recolher ou já recolhido, e a partir daí já se pode falar em dados da investigação.

A análise de conteúdo é a técnica adotada para o processo de tratamento dos dados com vista a transformá-los em informação esclarecedora. É entendida, basicamente, segundo a definição de Bardin (1995) “como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens” (citado por Barbosa, 2012, p. 92). Ainda segundo Barbosa (2012) “a categorização consiste, assim, em separar distintas unidades de significado,

correspondentes a determinados fragmentos de texto, a agrupá-las de acordo com a sua afinidade” (p. 94).

Carmo e Ferreira (1998), apontam a descrição, a inferência, e a interpretação como as principais etapas de realização da análise de conteúdo. A efetivação deste primeiro procedimento permite a concretização do segundo procedimento da redução dos dados que é a identificação das diferentes unidades de registo em função das categorias, subcategorias e indicadores emergentes dos dados. É, portanto, já um procedimento de categorização, isto é, o exame das unidades de registo para encontrar determinados componentes que permitam a sua ligação a uma determinada categoria de conteúdo (Gómez, 1995). Categorizar é desta forma, um instrumento de organização.

No caso concreto desta investigação, a categorização processa-se de forma dedutiva, a partir das questões de investigação e do guião da entrevista, e de forma indutiva, a partir dos dados. Seguindo esta lógica; Barbosa (2012) ressalta que este processo de categorização, pode assegurar “a exaustividade de cada categoria, cobrindo o sistema de categorias, todas as possíveis unidades diferenciadas dos dados, e a exaustão mútua, fazendo com que cada unidade só se inclua numa categoria” (p. 95).

Atendendo às recomendações dos diferentes autores começamos por ler todos os dados recolhidos e construímos uma visão global dos mesmos, para depois os organizamos em partes, unidades e episódios. Depois agruparmos os dados pelas respostas idênticas, contabilizamos as respostas pelo número de repetição.

5. Apresentação e discussão dos dados

Organizamos os resultados do trabalho em duas subsecções, referentes aos seguintes aspetos: (i) atividades desenvolvidas pelas ONG; (ii) perceções sobre as atividades realizadas pelas ONG. Este subdivide-se nas: perceção dos coordenadores e dos animadores e das comunidades. Apresentamos de seguida cada um dos subpontos referidos anteriormente.

5.1. Atividades desenvolvidas pelas ONG

Das quatro ONG, com as quais trabalhamos, conseguimos recolher e compilar os relatórios anuais da: Palmeirinha, AD e IMVF, porque têm os documentos disponíveis nos sites oficiais; não conseguimos os relatórios da COAJQQ, porque não os têm disponíveis no site e tem pouca informação sobre as atividades da ONG. Também, não conseguimos recolher os relatórios na sede da ONG devido a alguns constrangimentos que serão detalhados mais abaixo.

Relativamente à ONG Palmeirinha os relatórios são referentes a 2017 e 2018. Em 2017, desenvolveram dois projetos importantes no que respeita às questões ambientais, nomeadamente:

- Construção de 215 fogões melhorados em 215 escolas das regiões de Bafatá, Gabu, Biombo, Quinara e Oio. Foi executado num período de seis meses. Este projeto teve como objetivo geral a preservação florestal e, especificamente, visou reduzir a taxa de utilização de lenha nas cantinas escolares, reduzir a emissão de dióxido de carbono e zelar pela saúde das mulheres que cozinham nestas escolas, lutar contra a desertificação. Foram produzidos e exibidos vídeos nas comunidades sobre o uso destes fogões.
- Valorização dos produtos agrícolas e florestais nas cantinas escolares. Foi executado em dois meses. Teve como propósito a valorização dos produtos agrícolas e florestais para diversificar a dieta alimentar nas cantinas escolares e a sua comercialização. Nas regiões de Bafatá e do Sector Autónomo de Bissau, que beneficiaram alunos, pais e membros de comités de gestão das cantinas escolares e jovens católicos de paróquia de Bra. Foram capacitadas mulheres e alunas em técnicas de transformação e valorização dos produtos agrícolas; capacitação dos

jovens da Paroquia S. João Baptista de Bra em técnicas de sumos naturais; transformação e valorização dos produtos agrícolas nas cantinas das 18 escolas da região de Bafatá; capacitaram 554 mulheres em 18 escolas em técnicas de transformação dos produtos agrícolas; produzindo 712 garrafas (reutilizadas) de sumos naturais de diferentes sabores.

Além destes projetos, desenvolveram outras atividades como sessões de cinema e debate; programas radiofónicos; capacitação em técnica de construção de fogões melhorados; capacitação no domínio da educação e comunicação sobre as boas práticas da gestão dos recursos naturais; produção de filme sobre a gestão de lixo nas tabancas de Buba, Nhala, Bubatumbo. Em 2018 a elaboração e execução de outros projetos continuou e destacamos: o projeto limícola de Bijagós; consolidação da conservação das tartarugas marinhas no Arquipélago dos Bijagós; EA para a promoção das iniciativas locais e a utilização racional dos recursos florestais; fortalecimento do sistema de gestão e controle dos recursos florestais e destaque para o repovoamento para a sustentabilidade ambiental na GB; introdução de fogões melhorados nas cantinas escolares. Ainda foram desenvolvidas outras atividades, como: sessões de cinema-debate nas áreas marinhas protegidas; produção e difusão de programas radiofónicos; apicultura melhorada nas áreas protegidas da GB; horticultura nas tabancas do parque nacional de Dulombe; alfabetização/ caminho para o desenvolvimento durável (alfabetização/ caminho para o desenvolvimento durável); formação dos administradores sobre a proteção do ambiente, das espécies ameaçadas e do património mundial.

Face ao exposto, relativamente às ações desenvolvidas pela Palmeirinha, verificamos que a ONG tem uma grande preocupação relativamente aos problemas ambientais prevaletentes na GB, como a desertificação e o uso excessivo dos sacos de plástico. Para fazer face a estas problemáticas investem na sensibilização, valorização dos produtos locais, modernização das técnicas de apicultura para preservação das abelhas, aposta na variação na agricultura e horticultura.

Para a ONG AD apresentamos uma compilação de todas as atividades executadas durante os anos 2010 a 2012, pois esta é a informação que esta disponível no site oficial da ONG. Durante estes três anos a AD apostou na criação de unidades de máquinas profissionais para agricultores, nomeadamente:

- Criação de unidade de máquinas agrícolas que fornecem serviços de lavoura aos agricultores, horticultura às mulheres e ordenamento de pomares aos jovens;

- Criação de redes de agricultores de mandioca e grupo de mulheres horticultoras para produção de sementes de cebola;
- Técnicas de proteção de culturas pouco penalizadoras do ambiente;
- Promoção de criação animal a partir dos pequenos criadores de cabras e carneiros, formando jovens para-veterinários;
- Produção de filmes técnicos em DVD, transmitidos nas TV comunitárias.

Além disso, desenvolveram um projeto que pretendia contribuir para a evolução do conceito teórico e das práticas nas escolas de verificação ambiental (EVA). Este tinha como principais atividades:

- Dinamização da EVA ao serviço das tabancas: construção de fogões melhorados tipo “numo”; divulgação da produção de sal solar; apoio aos criadores de gado e criação de pomares de fruteiras.
- Papel de serviço ambiental das EVA: o repovoamento do mangal; o repovoamento de outras espécies florestais; identificação de plantas medicinais e nutritivas; o método de ensino pela ação; criação de centros interpretativos (museu do mar, museu das plantas medicinais, jardim botânico, museu da fauna selvagem, museu do ambiente e cultura de cantanhez).
- Reforço dos programas e da estrutura da rede EVA: primeiro acampamento das escolas, 2011 em Varela, sob o lema “Vamos trocar experiencias ambientais”; primeira conferencia das EVA, Bissau em 2012 no salão do IBAP, sob o lema “conhecimento e inovação”; a formação temática diversificada de professores; visitas de intercambio entre EVA (norte e sul); organização de programas nacionais envolvendo todas as EVA; envio de antigos alunos das EVA para formação profissional; participação das EVA na elaboração de estudos e pesquisas realizadas por organizações e especialistas no domínio ambiental; e envolvimento ativo nos processos ambientais transfronteiriços nos domínios ambientais e outros.

Outro dos projetos desenvolvidos diz respeito ao resgate da cultura e da história como fator de coesão nacional, de progresso e de desenvolvimento. Como principais atividades destacamos:

- valorização da história: criação do museu “memoria de Guiledje”.
- resgate da cultura: festival musical transfronteiriço “nô laba rustu di nô Guiné” em S. Domingos, realizado em 2010; festival quilombola “caminho

de escravos” em Cacheu, um evento anual; festival transfronteiriço “Landji Fan” de Guiledje, em parceria com ONG CADI de Guiné-Conakry, em 2011; identificação de panos de pinti.

- produção audiovisual, em parceria com o estúdio Bissom, produziram e apoiaram discos CD: Ai Bissau! Do grupo Fidalgos; djintons de Bissau, de Iva e Ichy; gravação de maquete de Anastácio de Djens; no ermondadi, da igreja católica; EVA: terra verde, acampamento EVA e Moringa (nenê Badadji); hino da AD; em parceria TV Kelele, produziram DVD com imagens e testemunhos dos antigos combatentes da independência que estiveram no assalto a Guiledje.

Importa ainda salientar o Programa Integrado do Cubucaré (PIC), que prevê:

- o reforço do movimento associativo que engloba 26 associações de base, visando: destacar o diálogo, a reflexão, a partilha de experiências que promovam o desenvolvimento rural; reforçar e representar a identidade das associações camponesas; apostar nos desafios do desenvolvimento rural; contribuir para a promoção e desenvolvimento sustentável.
- segurança alimentar e sensibilização das comunidades sobre: diversificação de culturas alimentares; melhorar o sistema da drenagem; reabilitação de bolanhas e diques de cintura. Para isso forneceram cinco carradas de propágulos de batata; duzentos Kg de inhame; setecentos Kg de mandioca por quatorze agricultores; trezentos Kg de feijão de mancanha; sementes hortícolas. E formam beneficiadas as seguintes tabancas: Lemberem (32 agricultores); Camicote (2); Madina (12); Farim (1); Catchamba (1); Dar Salam (1) e Cadique (1). E ainda, construíram 43 poços de água.

Verificamos, assim, que a AD é uma ONG que valoriza o recuperação e conservação do património cultural e histórico da GB, organizando anualmente festivais que ressaltam a cultura e o trajeto histórico, através de músicas, teatros e documentários. É uma das ONG que apoia e investe na carreira de músicos nacionais, este ponto é uma das formas de desenvolver a EA, já que segundo Mousinho (2003), EA tem como foco despertar a preocupação individual e coletiva para as questões ambientais, garantindo que todos tenham a sua disponibilidade a informação, independentemente da linguagem usada, desde que desenvolva a consciência crítica. A ONG desenvolve muitas outras ações em prol do ambiente, como construção de escolas nas comunidades e o zelo pela saúde ambiental.

No que respeita ao IMVF os relatórios apresentados são referentes aos anos 2017 a 2019; mas praticamente todos os projetos desenvolvidos durante estes anos tiveram início em 2015, outros foram elaborados até 2018 ou 2019, para evitar a repetição de informação referimo-los apenas uma vez.

Em 2017, as áreas de intervenção e as ações desenvolvidas em GB englobaram: sociedade civil (5%), desenvolvimento rural e segurança alimentar (41%) e saúde (54%). Refente ao desenvolvimento rural e segurança alimentar destacamos: o reforço de associações locais; produção e comércio; redes de segurança alimentar e planeamento agrícola local. Foram apoiadas cerca de 550 mil pessoas: 195 avicultores camponeses; 5 bolanhas reabilitadas, correspondente a 2479 hectares; 434 agricultores e 205 pescadores recenseados; 125 alunos participaram na ação de sensibilização “Urok sem lixo”; 3 formações dirigidas à RESSAN-GB com 142 participantes. Destacando que 100% do financiamento para as ações de desenvolvimento rural, 86% foram para a GB.

Para esta área foi desenvolvido o projeto “nô fia nas crias” em parceria com a COAJQ. Este projeto consiste num sistema integrado cooperativo e comunitário de produção avícola, caprina e derivados para a região de Cacheu; foi desenvolvido entre julho de 2015 a junho de 2018; beneficiou diretamente 150 mulheres criadoras de aves, 30 produtores de ração, 12 mulheres pontos focais para o comércio de frango, 15 caprinocultores, 30 para veterinários, 80 criadores sócios da cooperativa e 10 funcionários afetos à produção e ao processamento de aves, num total de 327 famílias, correspondentes a 2289 pessoas. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: instalação do sistema fotovoltaico para fornecimento de energia aos aviários; redução da mortalidade na produção avícola; criação de frangos de marca “piu piu awara”; cadeia de produtos de matérias primas para ração avícola; centro de processamento e abate; circuitos comerciais avícolas; construção de 15 estábulos, silos e fornecimento de plantas leguminosas; associação de criadores de cabra e de paraveterinários; aviário no centro agropecuário de Ingoré, produção de 350 plantas de leucina, 300 plantas de moringa; ações de formação dirigidas a técnicos para veterinários; conteúdos televisivos e radiofónicos.

De salientar, também, o projeto UE-Activa – consiste no desenvolvimento de ações comunitárias territoriais integradas de valorização agrícola. Decorreu entre junho de 2015 a junho de 2019, em Bafatá, Quinara e Tombali. As atividades realizadas foram: intercâmbio dos membros da RESSAN-GB sobre a EA e nutricional “sou aquilo que consumo” com 24 participantes; formações dirigidas aos membros da RESSAN-GB (governança participativa para o desenvolvimento com três sessões regionais com 77

participantes); conceitos básicos relacionados com o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada, segurança alimentar e soberania alimentar em quatro dias e 24 participantes.

Um outro projeto relevante para o país é o “Etikapun n’ha- Urok” - laboratório de resiliência da cultura Bijagó. Foi desenvolvido entre junho de 2016 a maio de 2020, nos arquipélagos dos Bijagós, nas ilhas Urok (Formosa, Nago e Chedão), beneficiando diretamente 185 agregados familiares de agricultores; 114 mulheres horticultoras; 77 mulheres produtoras de sal solar; 163 pescadores; 125 jovens produtores de óleo de palma; 100 mulheres no pequeno comércio; 20 jovens empreendedores; 300 alunos e 15 professores das escolas comunitárias de Urok e 134 membros dos órgãos de gestão da área marinha protegida comunitária (AMPC). Tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável na AMPC de Urok, em parceria com a Tiniguena. As principais atividades foram: o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas ficou com a responsabilidade de fiscalização da AMPC; apoio à realização de reuniões do comité de gestão da equipa de fiscalização da AMPC e da comissão de multas; ação “Urok sem lixo” para a sensibilização para a importância da preservação do ambiente; recenseamento dos agricultores e pescadores; unidade de produção de mel, malagueta e flor de sal; comercialização de produtos de Urok na cidade de Bissau.

E ainda referente às ações no âmbito do ambiente e sustentabilidade, nos anos entre 2017 e 2019 não foram desenvolvidos projetos específicos para esta área, mas em contrapartida, o IMVF realizou em parceria com outras ONG, atividades para a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade, dos recursos naturais não renováveis e a luta contra as mudanças climáticas.

No que diz respeito à sociedade civil pautaram no reforço da mesma como sendo essencial ao desenvolvimento de sociedades mais justas, democráticas e pacíficas. Neste 100% do financiamento foi para a GB. De todas as atividades contabilizou-se um total de 552 participantes, entre os quais: 2 djumbais temáticos em Bissau que contou com 128 participantes; 2 djumbais temáticos regionais com 138 participantes; 1 formação pedagógica com 10 participantes; 6 apoios GAP implementados dirigidos a 152 participantes; 19 candidaturas selecionadas para receber apoio no quadro do GAP; 2 jornadas com 124 participantes. Para esta área foi elaborado e implementado o projeto EU-PAANE - programa de apoio aos atores não estatais “Nô pintcha pa dizinvimentu”.

No ano de 2018 as ações desenvolvidas na GB referente à sociedade civil foram de 5%; para a saúde foram de 54% e para o desenvolvimento rural e segurança alimentar 41%. Muitas ações foram realizadas destacando: 7.145,5 hectares de bolanhas foram

reabilitados; 10 fontes de água construídas e reabilitadas pelo projeto Etikapun n'ha; 3 mercados construídos pelo UE-Activa; 21 para veterinários formados e ativamente envolvidos na prestação de assistência sanitária nas comunidades no âmbito do projeto “Nô fia nas crias”; 185 avicultores camponeses apoiados pelo projeto “Nô fia nas crias”.

Em 2019, as ações na área de saúde forma de 42%; do desenvolvimento rural e segurança alimentar forma de 22% e da educação forma de 36%. Neste ano, um dos projetos com maior destaque foi o “Ianda Guiné!” que é um projeto com diversos focos, como por exemplo o “Ianda Guiné! Galinhas”, que teve início em janeiro de 2019 e está previsto até dezembro de 2023, implementado em Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio e Bissau; visando contribuir para a segurança alimentar e nutricional nestas regiões. Beneficiou diretamente micro, pequenas e médias empresas locais de caráter comunitário ou familiar; profissionais de avícola; centros de produção de insumos e os seus associados; técnicos das instituições estatais envolvidas e veterinários e para veterinários. Foi desenvolvido em parceria com Mani Tese, Asas de socorro, a Universidade de Turim e a Escola Superior de Agraria do Instituto Politécnico de Bragança. Este projeto engloba também o “Ianda Guiné! Djuntu”, para decorrer de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, com o propósito de contribuir para que os cidadãos da GB sejam protagonistas na resolução de problemas coletivos.

Verificamos que sendo uma ONG com escala internacional, soube criar inteligentemente estratégias na elaboração de projetos, para que estes possam responder positivamente às necessidades do país, neste sentido trabalha em colaboração com associações, ONG, movimentos nacionais e locais que conhecem melhor a realidade local. Desenvolvem ações em todos os campos sociais, principalmente nas questões ambientais. É uma ONG que trabalha para promover a participação coletiva, que tenta através dos projetos e ações desenvolvidas, fazer com que todos chamem para si a responsabilidade e interiorizar o sentido de partilha, humanidade e do princípio do agir localmente, mas com o pensar global, já que este não é um problema isolado.

Em síntese de referir que estes relatórios, principalmente os das ONG nacionais, exibem muitos pontos em comum, principalmente nas ações desenvolvidas, mesmo que as linhas de ação sejam diferentes. Todos pautam pela sustentabilidade ambiental recorrendo à sensibilização nas comunidades; à reabilitação dos tarrafes, zelando pela permanência e respeito pela biodiversidade e pelo ecossistema, a apicultura, a horticultura e a valorização dos produtos locais.

Estas ONG, desenvolvem ações de EA, que vão ao encontro da visão da EA transformadora, isto porque tendo em conta os projetos e atividades aqui traçadas, reparamos que tudo o que foi desenvolvido tem como finalidade a mudança de comportamentos e atitudes; a disponibilização da informação e facilitar o acesso ao conhecimento sobre a problemática do ambiente; o empoderamento e a independência feminina; a independência económica das comunidades; a valorização dos produtos locais e a redução do desperdício são bem evidentes nos projetos descritos e consideramos que são caminho para a transformação social.

5.2. Perceções sobre as atividades realizadas pelas ONG

De seguida apresentamos a perceção dos coordenadores, dos animadores e das comunidades sobre as ações de EA desenvolvidas. No sentido de melhor se compreender a informação é apresentada de acordo com os guiões formulados.

5.2.1. Perceção dos coordenadores

Após a apresentação pessoal, as questões abordadas de seguida centram-se na caracterização das ONG, conhecer a data de surgimento, objetivos, perspetivas futuras, linha de financiamento, membros e zonas de intervenção.

O Diretor executivo da ONG Palmeirinha referiu que a Palmeirinha foi criada em 1992, depois da Conferência Rio-92, inicialmente era um dos programas da UICN, com os objetivos de sensibilizar alunos, jovens entre os 10 e os 14 anos, sobre o ambiente, a sua conservação e proteção e incitar as crianças a participarem na resolução dos problemas ambientais. Para atingir estes objetivos o programa Palmeirinha definiu as seguintes atividades: produzir Boletins Palmeirinha e distribuí-los pelas escolas, servindo de material didático; capacitar os professores no domínio ambiental para que abordem esta temática em todas as disciplinas; e capacitar os jornalistas das rádios comunitárias, a fim de produzirem programas educativos referentes à temática. Antes da transição de programa para ONG, os órgãos que compunham a ONG eram selecionados por concurso, depois de se tornar uma ONG passou a ser por eleição realizada durante a assembleia geral da ONG.

A estratégia de funcionamento da ONG Palmeirinha é diferente das outras ONG radicadas na GB, trabalham em colaboração com professores, nas suas áreas de intervenção e criaram as redes de “professores ambientalistas”. Neste momento contam

com três redes, uma nos Arquipélagos dos Bijagós, outra em Cacheu e outra em Quinara. Relativamente ao número de membros a ONG conta com 200, sendo técnicos do IBAP, jornalistas, professores, técnicos da educação, guardas florestais entre outros. Estes membros são os animadores da ONG, fazem trabalho de voluntariado, não usufruindo de qualquer salário pelos serviços prestados. A Palmeirinha tem apenas cinco funcionários efetivos. As ONG nacionais da GB são financiadas por parceiros internacionais, como é o caso da Palmeirinha que é financiada por parceiros internacionais como UICN, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Programa Alimentar Mundial (através da construção de fogões melhorados nas escolas beneficiárias dos géneros alimentícios), Programa regional da costa marinha (um dos programas da UICN, que atua em sete países do oeste africano, de Cabo-Verde à Serra-Leoa).

No que refere às zonas de intervenção da Palmeirinha, NM referiu que,

sendo a Palmeirinha uma ONG focada em sensibilizar e capacitar, é difícil demarcar a sua zona de intervenção, já que atua em praticamente todo o território nacional, mas com especial destaque para os parques naturais e nacional, reserva da biosfera, e também aos recém parques de Dulombe e Boé (NM).

Sobre as expectativas para o futuro da ONG Palmeirinha coloca que,

para o futuro, a ONG almeja continuar com ações de EA a nível nacional, já que a GB não é uma exceção no que diz respeito aos problemas ambientais. É preciso uma sensibilização e conscientização continua e reforçada para assim mobilizar as pessoas para participarem no processo de proteção e conservação do ambiente, para que assim haja um desenvolvimento sustentável. Era também importante como resultado de muita sensibilização junto ao Ministério da Educação Nacional da GB, que a EA conste no currículo escolar nacional não só como uma disciplina, mas transversalmente e para todos os níveis de ensino. É fundamental que se criem também materiais didáticos perfeitamente elaborados e continuar a luta para erradicação total dos sacos de plásticos nos mercados da GB (NM).

LPJ coordenador da COAJQJ começou por informar que a ONG foi fundada a 15 de junho de 2000, por alguns quadros recém-formados em Cuba, como resposta ao desemprego. A ideia era de se empregarem a si e a outros jovens desempregados, principalmente de Canchungo e também contribuir para o desenvolvimento da cidade. Sobre o principal objetivo da COAJQJ, a eleição e os membros, LPJ sublinha que,

a COAJQ tem como principal função prestação de serviços à comunidade, principalmente às mulheres agricultoras, disponibilizando máquinas agrícolas. Os órgãos são eleitos através duma assembleia geral anual. A ONG tem dois tipos de membros: os efetivos, que dispõem de um salário fixo; e os beneficiários, que avaliam o trabalho realizado pela ONG e dão opiniões que facilitam na inovação dos projetos. Trabalha com 39 associações locais, que facilitam o contato entre a ONG e as comunidades (LPJ).

Os animadores são jovens formados pelo projeto em parceria a Organização Holandesa de desenvolvimento “SNV”, um projeto de reforço de capacidade. A principal linha de financiamento da ONG são os parceiros internacionais como União Europeia; Programa Alimentar Mundial; IMVF; ONU. Mas além destes financiamentos a COAJQ desenvolveu o seu próprio meio de angariação de fundos, através de criação e comercialização de galinhas e outros bens. A ONG trabalha a nível da margem Sul do rio Cacheu: Bula, Canchungo, Caio, Calequisse e Cacheu. Além disso, colabora com alguns parceiros nacionais na implementação de alguns projetos, como a Tiniguena que atua principalmente nas zonas insulares.

No que diz respeito à questão sobre as perspetivas para o futuro, respondeu o seguinte

a ONG pretende consolidar ainda mais; preparar mais jovens para fazer face aos problemas que surgem a cada dia, e proporcionar meios para o desenvolvimento sustentável (LPJ).

Seguindo com a mesma ordem de questões, EJM respondeu que a AD surgiu em 1991, quando alguns técnicos do ministério da agricultura se desvincularam da instituição e resolveram criar uma organização que teria como finalidade apoiar os agricultores, principalmente os das zonas rurais. Assim, o principal objetivo da AD é o desenvolvimento comunitário e agrícola. Como todas as ONG nacionais é financiada maioritariamente pelos parceiros internacionais como ONU, PAM, IMVF e principalmente pela UE. Os órgãos constituintes da ONG são eleitos em assembleia geral, constituída por uma mesa, com um presidente da mesa, um presidente do conselho fiscal e outros membros. Sobre as zonas de intervenção, apontou que

a ONG intervém nacionalmente em três zonas: região de Tombali, região de Cacheu e no sector autónomo de Bissau. Mas referente a região de Cacheu, especificamente o sector de S. Domingos, intervém em 36 tabancas, o que significa que abrange todo o sector de S. Domingos (EJM).

O representante do IMVF, JM, referiu que a ONG foi criada em 1951 como instituição privada de utilidade pública. O IMVF é uma fundação para o desenvolvimento e a cooperação, tendo iniciado atividade como ONGD em 1988 em São Tomé e Príncipe. A partir dos anos 90 expandiram as suas ações a outros países, com predominância aos de língua oficial portuguesa e alargaram as áreas de atividade. Os resultados alcançados tornaram o IMVF numa entidade de referência nos domínios da cooperação, da cidadania global e da reflexão sobre o desenvolvimento. As linhas condutoras que expressam a razão de ser da ONG são promover a dignidade humana, que passa pela igualdade de direitos e oportunidades e por uma justiça para todos, agir para melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis, que obriga à luta contra a exclusão e contribuir para tornar o planeta mais sustentável, garantindo as condições de vida das gerações presentes e futuras.

Referente aos órgãos e membros o diretor executivo do IMVF afirma que,

o IMVF sendo uma fundação sem fins lucrativos publica no seu website toda a informação relativa aos órgãos sociais, estatutos e relatórios de atividades. Os estatutos explicam que os órgãos sociais são eleitos. Neste momento são 13. Quadros na sede em Portugal são 21 pessoas; 166 quadros no mundo. Num total de 187 pessoas (JM).

Todos os quadros do IMVF na sede e no terreno que exercem funções técnicas são licenciados. Isso aplica-se sem exceção aos expatriados. Quanto aos quadros locais depende da natureza da sua função, por exemplo para funções administrativas, logísticas, etc., não exigem por norma formação académica, embora cursos técnico-profissionais sejam valorizados. Acrescentou que.

nós definimos as funções como coordenadores, técnicos especializados e assistentes técnicos. Para nós os animadores são normalmente figuras comunitárias, que atuam diretamente junto das populações locais, normalmente membros da mesma comunidade. Nesse caso não são quadros com formação académica. Sendo que no caso dos projetos de saúde ou educação, a formação superior poder ser um requisito. Nos projetos de cidadania global, na Europa, temos a participação de jovens militantes, incluindo movimentos ambientais, a maioria com formação, mas também atuamos em escolas de ensino secundário onde naturalmente não houve ainda tempo para a finalização dos estudos (JM).

Deixou claro que “nos países onde atuamos, também trabalhamos com movimentos locais das mais variadas índoles, inclusive ambientais” (JM).

Tradicionalmente o IMVF concorre a financiamentos da União Europeia, normalmente EuropeAid. E igualmente aos financiamentos do Camões, I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua. Intervém atualmente em 7 países, incluindo Portugal. Na Guiné-Bissau tem intervenções em todo o país.

Questionado sobre as zonas de intervenção da ONG, respondeu que, as áreas temáticas são 10. Queremos consolidar a nossa intervenção nos países onde estamos a intervir atualmente. Gostaríamos de regressar a Moçambique e a Timor-Leste, temos vindo a trabalhar nesse sentido. Em 2019 começámos a intervir em 2 países novos (para nós), Gâmbia e Colômbia. Queremos reforçar parcerias com atores para a área dos estudos estratégicos bem como novas linhas de financiamento como a Cooperação Delegada e os Trust Funds Europeus (JM).

Das respostas apresentadas pelos três coordenadores verificamos que assumiram os seus respetivos cargos há muito tempo, o que demonstra que são comprometidos, dedicados e cresce um pouco mais ao seu desempenho, já que vivem e convivem diariamente com a realidade do país. O coordenador da ONG internacional vive em Lisboa, mas está ciente do desenrolar das ações desenvolvidas na GB. Estas ONG seguem a mesma direção e com o mesmo foco, o desenvolvimento sustentável. As ONG nacionais são financiadas praticamente por instituições internacionais; no entanto, o IMVF também recebe financiamentos e financia projetos de outras ONG nos países onde tem trabalhado. A Palmeirinha e a AD foram umas das pioneiras deste seguimento.

Relativamente às atividades de EA, à semelhança das situações anteriores, pretendemos conhecer estas atividades, conhecer as dificuldades encontradas no terreno e os impactes destas atividades. Foram colocadas seis questões, lembrando: (i) considera que a ONG desenvolve atividades de EA?; (ii) qual a importância de trabalhar a EA nas comunidades rurais?; (iii) quais as temáticas abordadas com mais frequência?; (iv) quais as principais dificuldades encontradas na realização das atividades?; (v) o que a ONG faz para melhorar a implementação dos seus projetos e atividades de EA nas comunidades?; e (vi) existe a preocupação de avaliar o impacto das atividades de EA promovidas pela ONG e como é feita a avaliação?.

Face ao exposto o diretor executivo da Palmeirinha ressaltou que desenvolvem diversas ações junto da comunidade, como por exemplo,

a horticultura, apicultura, extração de óleo de palma e valorização dos produtos locais, transformação de frutas locais em sumos, compota, e outros, que serve para o consumo familiar, assim como fonte de renda (NM).

Considerou ainda que,

trabalhar a EA nas zonas rurais é muito importante, porque é preciso despertar a consciência da população de que os recursos naturais se não forem bem geridos comprometem a boa qualidade de ambiente; os recursos devem ser usados de forma consciente e durável (NM).

Como forma de conscientizar, sensibilizar, despertar e proporcionar a participação, a ONG Palmeirinha, proporciona às comunidades rurais sessões de cinema-debate (projetam filmes, documentários com temáticas ambientais e depois de assistirem, discutem e debatem sobre o assunto, fazem uma comparação entre o filme e as suas realidades, trocam impressões e buscam soluções para os problemas). Relativamente à relação com as comunidades referiu-nos que:

o primeiro contato entre a ONG e as pessoas nas comunidades é sempre difícil, mas depois de algumas abordagens, o relacionamento fica cada vez mais estreito e a confiança também; esta é uma das primeiras dificuldades encontradas, depois a ONG depara com pessoas que já têm as suas atitudes, comportamentos e as suas ideias formadas, e o processo de interiorização das novas ideias e substituição das práticas ambientalmente erradas pelas certas é sempre muito complicada e exige muito tempo, porque é muito mais fácil mudar a mentalidade de uma criança do que de um adulto, mas com uma sensibilização continua, pouco a pouco consegue-se interiorizar e mudar as atitudes, comportamentos e a forma de pensar (NM).

No que respeita ao desenvolvimento das atividades de salientar que desde a elaboração de um projeto até à sua implementação, compreende três etapas

primeiro a ONG vai ao terreno identificar os problemas junto da comunidade, com as informações que receber da comunidade acerca das suas necessidades e prioridades, desenha-se o projeto; depois submete-se o projeto ao potencial financiador, que o avalia; depois do financiamento, começa a implementação e o seguimento. Após algum tempo faz-se uma avaliação para analisar se o que de antemão foi predefinido esta a ser corretamente executado. E o seguimento é continuo (NM).

No que respeita as dificuldades sentidas, destacou, por exemplo no ano passado, no domínio da horticultura, a ONG deparou com uma dificuldade, porque começaram o processo tardio e no meio do processo começou a época da colheita e comercialização da castanha de caju, o que fez com que a população abandonasse a horticultura, como forma de correção, este ano o processo começará mais cedo (NM).

Feita as mesmas questões ao Diretor executivo da COAJQ, indicou que desenvolve ações de EA, mesmo que esta não seja a ação principal da ONG, através de programas radiofónicos (a ONG dispõe de duas estações radiofónicas comunitárias); transformam e valorizam os produtos locais (transformação de caju, manga e alguns outros produtos em compotas, sumos e também óleo de palma e mel natural). Ainda apoiam e trabalham em colaboração com a AD no processo de reflorestação dos mangais do rio Cacheu; e com o financiamento de PAM constroem fogões melhorados para as escolas (LPJ).

Relativamente à importância de desenvolver as ações de EA nas comunidades rurais, respondeu que,

é fundamental trabalhar a EA nas comunidades rurais, porque todo o mundo deve ter acesso à informação, principalmente no aspeto ambiental. O primeiro contato com a população é sempre difícil, mas para estabelecer uma relação de confiança mútua é um processo lento e exige paciência; mas como já estamos há 20 anos nesta relação, a implementação atualmente é mais fácil e flui da melhor forma. A cada dia ganhamos mais espaço e pessoas aderindo e confiando no nosso trabalho (LJP).

Colocadas as mesmas questões ao Diretor executivo da AD. Relativamente ao desenvolvimento de ações de EA, responde que

as ações de EA desenvolvidas pela AD são maioritariamente realizadas nas escolas, como por exemplo: capacitação dos professores sobre as questões ambientais; criação de programas ambientais pedagógicos executados nas escolas, mas com foco em toda a comunidade; sessões de sensibilizações radiofónicas sobre a conservação e proteção dos recursos naturais. Trabalhar a EA nas zonas rurais principalmente para as camadas infantil e juvenil. Pensar no desenvolvimento sustentável significa, fazer com que todos tenham acesso as informações, principalmente ambiental (EJM).

Acrescentou, ainda que

a AD não tem uma temática mais abordada, porque elas são escolhidas conforme a comunidade, porque cada uma tem a sua particularidade, e baseando-nos nestas particularidades é que se elabora a temática. Como uma ONG que trabalha a EA mais nas escolas, a maior dificuldade encontrada é a movimentação dos professores, as frequentes trocas, e a fuga dos jovens para a zona urbana em busca de continuidade dos estudos. A outra grande dificuldade é a falta de materiais pedagógicas. A ONG desdobra-se para adaptar os seus projetos a demanda do momento; procura acompanhar o evoluir dos fenómenos e as mudanças tanto sociais, económicas, políticas e ambientais; mas o que não a faz deixar de ter preestabelecida uma linha de funcionamento (EJM).

Relativamente ao Diretor executivo da IMVF, respondeu que a ONG trabalha as áreas da educação ambiental desde há pelo menos duas décadas, indicando

em todos os projetos de segurança alimentar temos vindo a promover o enfoque na agroecologia e com formação específica em educação ambiental. Fizemo-lo particularmente na Guiné-Bissau, mas também em Angola, entre outros países. Na Guiné-Bissau com a ONG AD introduziram as Escolas Agrícolas Ambientais. E com a ONG Tiniguena trabalharam numa área marinha protegida com projetos de proteção da fauna, flora, e também de gestão comunitária do espaço. É fundamental ajudar as comunidades a deixar como herança para os seus herdeiros um ambiente igual ou melhor do que aquele que elas encontraram. Para tal é importante impedir que certas práticas tradicionais, como a desmatação desorganizada para a construção de casas ou práticas agrícolas ocorra. Assim é importante ajudar as comunidades a rentabilizar as suas produções agroalimentares com soluções agroecológicas, recuperar solos, melhorar as práticas agrícolas com compostagem; utilização de água com sistemas de rega por aspersão alimentados a sistemas solares. Introdução de culturas mais resistentes às alterações climáticas. Promover o associativismo para conseguir alavancar o acesso aos mercados locais e reduzir os custos de produção (JM).

Referiu que as temáticas abordadas com mais frequência estão essencialmente relacionadas com a proteção das espécies marinhas, nomeadamente no arquipélago dos Bijagós; técnicas de produção agroecológica; direitos das mulheres rurais; importância da agricultura familiar; dos circuitos curtos; nutrição; segurança e soberania alimentar; alterações climáticas e compostagem, entre outros.

Quanto à questão sobre as maiores dificuldades na implementação de ações nas zonas rurais, indicou que,

o acesso às populações, por vezes bastante isoladas. A resistência à mudança, por parte das populações com hábitos enraizados, nomeadamente nas práticas agrícolas. A curta duração dos projetos, esperar que em 2-3 anos sejam possíveis mudanças sistémicas e estruturantes é claramente desafiador. Os desafios linguísticos e culturais, implicam um bom investimento em animadores e pontos focais que, entretanto, valorizando-se saltam para outros projetos e é necessário voltar a formar. Por vezes a falta de visão a médio prazo de alguns financiadores. Vão, por vezes, atrás de modas, como projetos no setor da cultura, quando em muitos dos locais de intervenção as pessoas não têm acesso a saneamento básico, água potável, educação, saúde, segurança alimentar. Por vezes, mesmo os bons projetos não são continuados precisamente por estas mudanças de “chip” e os processos de desenvolvimento são interrompidos (JM).

Acrescenta ainda, em jeito de proposta,

daí ser importante que houvesse mais doadores internacionais, nomeadamente que a Cooperação Portuguesa tivesse um projeto autónomo da União Europeia e pudesse ser um ator mais relevante nomeadamente nos países lusófonos. Muitos países europeus com tradição na cooperação para o desenvolvimento também saíram de vários países pobres e optaram por outros países onde terão maiores interesses. Refiro-me particularmente à cooperação dos países nórdicos, incluindo a Holanda, Suécia, entre outros (JM).

Quanto às perspetivas futuras, o Diretor de IMVF, sublinhou os seguintes,

continuar atualizados, antecipando tendências e prioridades que vão ao encontro das necessidades das comunidades, mas que cumpram também os objetivos do desenvolvimento sustentável. Para isso procuram construir parcerias sólidas entre ONG Europeias, Universidades Portuguesas, ONG locais, Autoridades Locais; Think thanks, Hospitais, etc., consoante a área de intervenção, para conseguir desenvolver projetos inovadores e sobretudo que respondam aos desafios locais com respeito às boas práticas de educação ambiental (JM).

Relativamente à avaliação mencionou que

A avaliação é feita desde logo pelas equipas do projeto no terreno. Depois o IMVF tem sempre 1 técnico da Sede que monitoriza os projetos e que serve como uma

avaliação mais distanciada e ao mesmo tempo com conhecimento das temáticas tratadas nos projetos. Depois os projetos são avaliados por consultores externos, normalmente pessoas especializadas nas suas áreas de intervenção, a pedido do projeto ou a pedido dos próprios financiadores. Os projetos produzem relatórios e documentos técnicos que são também divulgados juntos dos beneficiários, doadores. O IMVF ao longo dos anos tem priorizado a sistematização do conhecimento e vindo a publicar um conjunto de estudos nas mais variadas áreas, incluindo a ambiental (JM).

Atendendo às ideias expostas pelos Diretores executivos das ONG, deteta-se uma grande preocupação com o bem-estar ambiental. Todos eles prezam pela elaboração de projetos eficazes, fiáveis e sustentáveis, acima de tudo prezando a colaboração e participação de todos na busca por soluções para estes problemas que abalam o mundo.

5.2.2. Perceção dos animadores

Foram entrevistados dois animadores, um da ONG Palmeirinha e outro da ONG COAJQ. Não conseguimos entrevistar animadores das outras duas ONG pelos constrangimentos já mencionados.

Quando questionados sobre a caracterização das ONG, acerca da Palmeirinha IC respondeu,

a ONG Palmeirinha surgiu na década de 90, como um programa da UICN, com o intuito de sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre a conservação dos recursos naturais, e o apoio a criação das áreas protegidas. Após alguns anos viu-se a necessidade de ampliação das suas ações e assim passou de um programa a uma ONG. Os órgãos que constituem a ONG são compostos através de uma eleição. Os projetos da ONG são financiados maioritariamente pelos parceiros, como: IBAP, UICN, Programa das Nações Unidas. Ela atua em quase todo o território nacional, e falando especificamente de Buba, ela atua em quase todas as “tabancas” situadas no território do parque: Laman, Nhala e também em Buba (IC).

A este respeito e sobre a COAJQ, foi referido que,

surgiu através de quatro jovens quadros, que estudaram e viveram por catorze anos em Cuba, e ao regressar ao país depararam com a falta de emprego e

decidiram criar uma cooperativa e no meio do percurso um deles faleceu e os outros três colocaram os planos em obra. O objetivo da ONG é de ajudar a população principalmente da região de Cacheu, não só na agricultura como na valorização do produto de Cacheu (QAN).

No que respeita às atividades de EA desenvolvidas pelas ONG de destacar, frequentemente a ONG organiza sessões de cinema-debate, como forma de sensibilizar e proporcionar a participação das comunidades na busca por soluções; estas sessões são realizadas em todas as comunidades que integram o parque. Mas nem todas as ações são em todas as tabancas, isso devido às necessidades e características das comunidades (IC).

Considera, ainda, que é extremamente importante trabalhar a EA nas zonas rurais, “porque o ambiente está ligado à nossa vida, a existência do homem na terra deve-se à boa qualidade de ambiente, quando perde a boa qualidade as consequências recaem sobre o homem” (IC). Justificou a sua opinião, acrescentando,

nas zonas rurais muitas das vezes as pessoas não têm noção das consequências dos seus atos, por falta de informação os costumes ambientalmente errados, são tidos como corretos, daí a grande necessidade e importância de trabalhar a EA nestas zonas. Disponibilizando informações a estas pessoas através de sensibilizações contínuas, com o tempo e pouco a pouco vão interiorizando estas informações e mudando os hábitos. Uma pessoa não escolarizada, fica um pouco mais difícil fazê-la mudar os hábitos e por isso a necessidade de apresentá-la desde a causa até as consequências dos seus atos (IC).

Indicou-nos que as atividades desenvolvidas pela ONG nas comunidades são sempre em crioulo e a participação da comunidade é de forma voluntária, sendo a temática trabalhada com mais frequência a conservação do ambiente. Justificou esta resposta referindo

que o primeiro objetivo da ONG é a sensibilização para a conservação do ambiente e o uso consciente dos recursos; mas isso não impede e nem significa que as outras temáticas não sejam trabalhadas. As dificuldades nunca faltam; cada comunidade tem as suas próprias características, uns percebem rapidamente e facilitam a abordagem, outras nem tanto; umas estão mais abertas a novas ideias experiências, enquanto outras são mais conservadoras. As comunidades depois da implementação e com os resultados esperados e com

êxito, ficam satisfeitos e prontificam-se a apoiar aos futuros projetos, se não estivessem satisfeitos não prontificariam a aderir a outras ações (IC).

Concluiu, referindo que a ONG tem uma linha estratégica de intervenção a longo prazo, tem as suas prioridades, as ações são sempre traçadas para responderem satisfatoriamente às necessidades mais urgentes das comunidades.

No que respeita à COAJQ, QAN respondeu que,

é importante trabalhar a EA nas comunidades rurais. O trabalho é feito em crioulo, mas caso seja preciso falam nas línguas étnicas (QAN).

As temáticas, mais abordadas são a sensibilização sobre a importância da valorização dos produtos locais e agricultura visando o bem ambiental. Quanto ao impacto, “antes os trabalhos eram rústicos, mas com as ações da COAJQ as melhorias são vistas e falam por si só” (QAN).

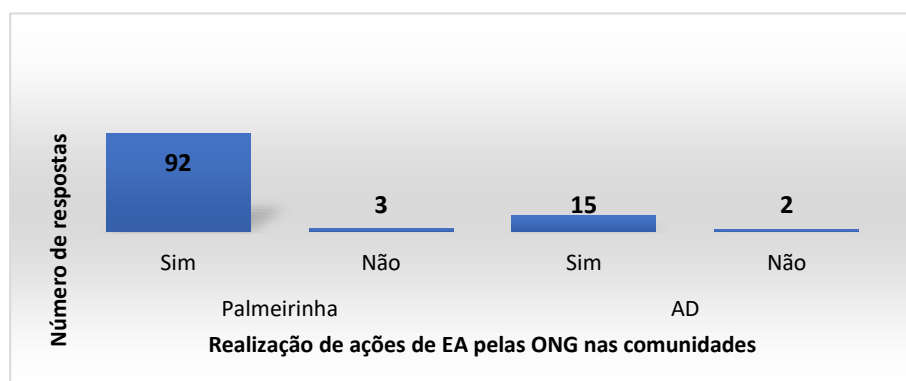
Após estas explicações podemos verificar que os animadores têm um conhecimento sobre as ONG, o que claramente constituiu uma mais valia para definir a qualidade das ações desenvolvidas nas comunidades com as quais trabalham, isto porque conhecendo minimamente a instituição onde trabalha e estando por dentro dos objetivos e o que quer dizer, o desenvolvimento das ações fica mais facilitado e mais fluido, permitindo com que a informação chegue ao destinatário de forma clara, específica e compreensível. Neste caso, é muito relevante esta compreensão de todo o contexto porque são os animadores que mantêm um contato direto com as comunidades.

5.2.3. Perceção das comunidades

O questionário foi respondido por 112 cidadãos das comunidades onde atuam as ONG Palmeirinha e AD. Apresentamos de seguida os resultados evidenciados

No gráfico 1, estão apresentados os dados referentes à primeira questão, que tem o intuito de conhecer a opinião das comunidades sobre a realização de atividades de EA nas comunidades.

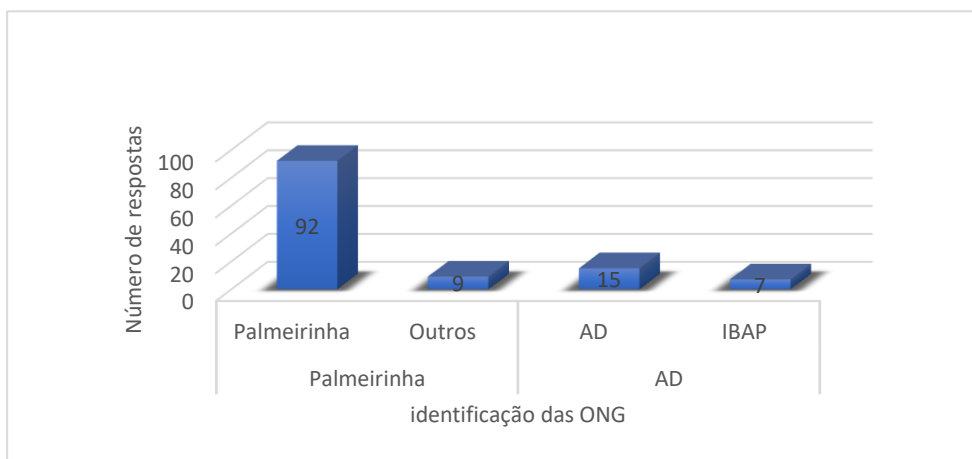
Figura 1- “Alguma ONG realiza atividades de EA na tua comunidade?”



A leitura do gráfico mostra-nos que segundo os inquiridos, estas duas ONG, a Palmeirinha e a AD realizam atividades de EA nas comunidades. É evidente, também que existem algumas pessoas que não têm conhecimentos das suas ações. Mas pelos números representados no gráfico, 92 (Palmeirinha) e 15 (AD) referem “sim” que ONG realizam ações de EA, e os restantes 3 (Palmeirinha) e 2 (AD) referem que “não”, podemos neste ponto classificar como positivo o trabalho desenvolvido pelas ONG.

Assim, permite-nos inferir que as ONG estão a dar resposta aos seus objetivos, estão a desenvolver ações de EA nas comunidades rurais, o que significa que estão, em parte, justificados os financiamentos que as próprias ONG anunciaram. Para dar suporte a estes dados, apresentamos o gráfico 2 que patenteia os resultados referentes à identificação das ONG que desenvolvem atividades de EA, conforme as respostas apresentadas no gráfico 1, afirmando que existem sim ONG que realizam estas atividades nas suas comunidades.

Figura 2- ONG identificadas pelas comunidades

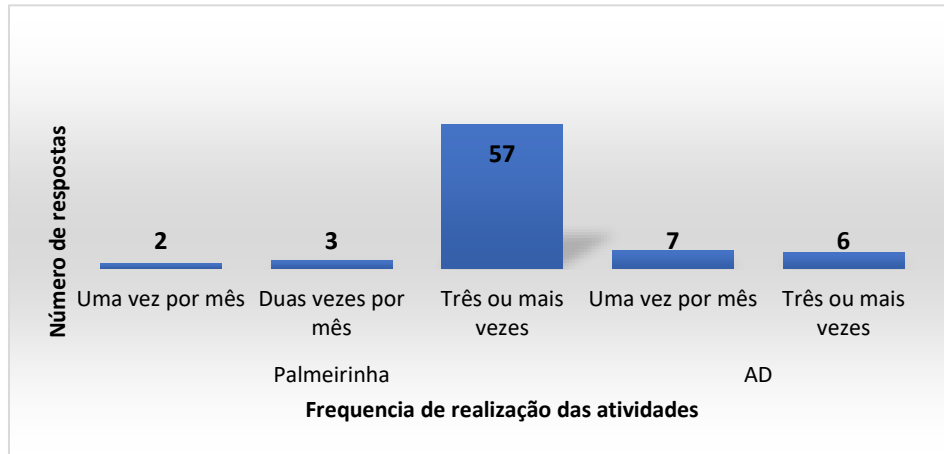


O gráfico 2 demonstra que foram obtidas 133 respostas no total das duas ONG, em que, 101 são referentes às comunidades onde a Palmeirinha intervém, destes, 92 respostas apontam a Palmeirinha como uma destas ONG e as restantes 9 referem outras ONG que também trabalham naquelas comunidades; nas comunidades da AD obtivemos um total de 22 respostas, sendo que 15 referem a AD e as restantes 7 apontam o IBAP. O que demonstra que, tanto no caso da Palmeirinha como da AD, as ações abrangem a grande maioria das pessoas das comunidades que entrevistamos.

Nestas comunidades, existem outras ONG e institutos que também realizam ações de EA, mas pela trajetória e percurso nesta temática, as pessoas estão mais familiarizadas com estas, por serem percussoras nesta área de intervenção.

No gráfico 3 estão evidenciadas as respostas referentes à frequência com que as atividades são realizadas.

Figura 3- “Com que frequência as atividades são realizadas?”



Obtivemos 78 respostas no total das duas ONG, sendo 62 da Palmeirinha, que para a opção uma vez tivemos apenas 2 respostas e três ou mais vezes foi a mais respondida com 57 respostas. Para a ONG AD obtivemos 16 respostas, sendo a menos respondida a opção duas vezes por mês com 3 respostas e a mais respondida a opção uma vez por mês com 7 respostas. Consideramos relevante o conhecimento do número de vezes com que as ações são realizadas, independente da temática, porque quanto mais vezes as ações são realizadas mais rápida será a interiorização proporcionando mudanças de atitudes e comportamentos, o que permite a prevenção dos posteriores problemas ambientais e a solução precoce para os já existentes.

Seguindo esta linha, devemos não só saber o número de vezes que a ONG realiza as atividades, mas também quantas vezes as pessoas nas comunidades participam destas atividades, neste âmbito apresentamos os dados do gráfico 4.

Figura 4- “Quantas vezes já participaste destas atividades?”



O gráfico 4 mostra-nos que das 107 respostas 89 destas pertencem às comunidades da Palmeirinha, em que a opção menos respondida foi a de uma vez com 12 respostas e a mais respondida foi a três ou mais vezes com 67 respostas. As restantes 15 respostas foram das comunidades da AD e a opção menos respondida foi a opção uma vez, com uma resposta, a mais respondida foi três ou mais com 11 respostas.

Pelo que está representado neste gráfico, podemos inferir que mesmo existindo um pequeno número de pessoas que não participam com tanta frequência como o desejado, a maioria participa o maior número de vezes, o que justifica a resposta positiva sobre a questão e sobre as mudanças causadas pelas atividades desenvolvidas.

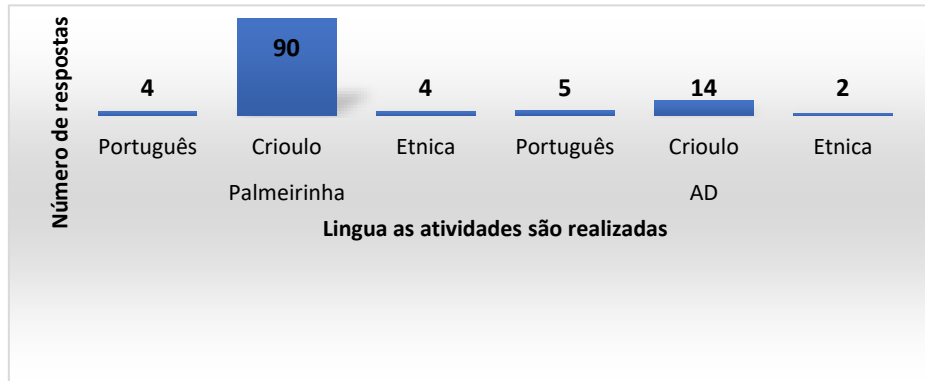
Salientamos que os gráficos 3 e 4, são complementares relativamente à informação que apresentam. O n.º 3 sublinha a frequência da realização das atividades nestas comunidades e o n.º 4 traça a frequência de vezes que as pessoas participaram nestas atividades. participarem menos que isso ou em todas.

Vale a pena perceber se as pessoas participam por livre vontade ou se são pagas para assistirem à realização das atividades. Esta questão está esclarecida, obtendo-se os seguintes dados: num total de 107 respostas, tanto para a ONG Palmeirinha como para a AD todos responderam que participavam voluntariamente. Estes dados, demonstram que as pessoas estão disponíveis e com vontade para aprender para mudar, pois sendo a GB um país considerado pelo BM como um dos mais pobres e nestas comunidades a maior fonte de renda é a agricultura e a comercialização dos produtos agrícolas, para participarem destas atividades, têm que dispensar um dia ou horas de trabalho para estarem presentes.

Relativamente ao facto destas atividades terem alterado a forma de pensar e agir sobre o ambiente, das 104 de respostas obtidas todas são positivas (87 respostas para Palmeirinha e 15 para a AD), as opções “não” e “talvez” não tiveram nenhuma resposta. Desta forma leva-nos a pensar que as ONG estão a fazer algo construtivo, porque se através das suas ações as comunidades já estão a ver diferenças nas suas maneiras de se relacionarem com o ambiente, podemos classificar de positivo as ações das ONG. A mudança não é algo que acontece imediatamente, exige tempo e paciência.

Seguidamente procuramos saber em que língua estas atividades são realizadas. Os dados são apresentados no gráfico 5.

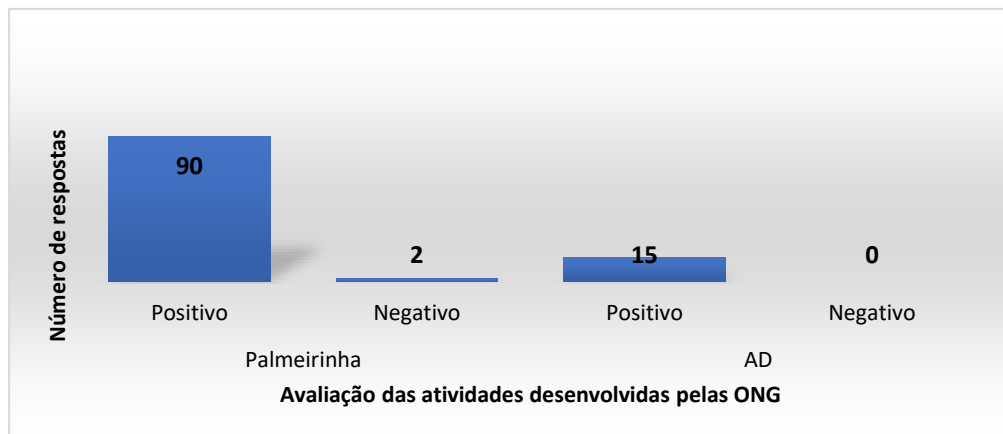
Figura 5- “Em que língua as atividades são realizadas?”



Pela leitura do gráfico verificamos que das 119 respostas obtidas, para a ONG Palmeirinha o português e a étnica tiveram 4 respostas e o crioulo teve 90 respostas; para a AD a opção que teve menos respostas foi a étnica com 2 e o crioulo foi a que teve mais respostas, com 14. Consideramos que esta é a melhor solução para a realização de atividades nas zonas rurais em que o nível de literacia é muito baixo ou quase nulo, o melhor é recorrer à língua ou linguagem que a maioria conhece e entende para que a informação alcance o maior número de pessoas possível.

Questionamos as comunidades sobre como avaliam as ações desenvolvidas, os dados estão retratados no gráfico a seguir.

Figura 6- “Como avalia o trabalho desenvolvido pelas ONG?”

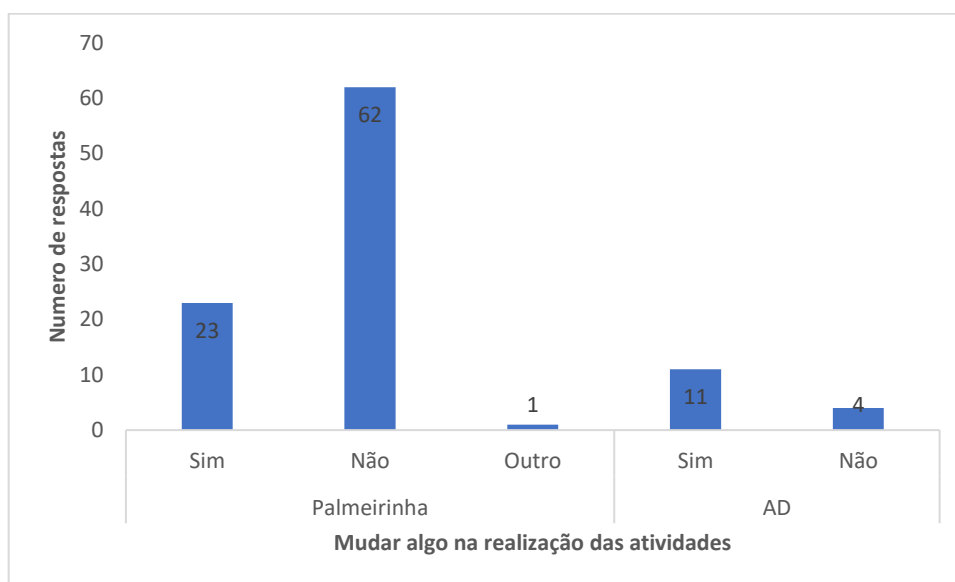


O gráfico 6 demonstra que para esta questão o total de respostas foi de 107, em que a opção “positivo” recebeu 90 respostas nas comunidades pertencentes à Palmeirinha e 15 nas da AD, enquanto que o negativo obteve apenas 2 respostas nas comunidades da Palmeirinha e nenhuma resposta nas comunidades da AD.

Verificamos que as comunidades fazem uma avaliação positiva do trabalho desenvolvido, pois a maioria confirmou que as ações têm evidenciado resultados, o que, também, podemos confirmar com os gráficos anteriores.

De seguida apresentamos o gráfico 7 relativo aos aspetos que as comunidades consideram importantes as ONG mudarem na realização das atividades.

Figura 7- "Na sua opinião a ONG deve mudar algo na realização das atividades?"



No gráfico 7, estão representados os resultados da pergunta sobre as ONG mudarem ou não a realização das atividades nas comunidades. Nas comunidades da ONG Palmeirinha o “não” teve 62 respostas enquanto o “sim” obteve 23 respostas e a opção “outro” teve uma resposta. Nas comunidades da AD, o resultado foi em sentido contrário, tendo a opção “sim” 11 respostas e o “não” apenas 4 respostas. A cada dia que passa, mudam-se as necessidades, aparecem novos fenómenos, por isso mesmo, para que as ações sejam positivas, como de facto é, segundo as respostas obtidas anteriormente, é preciso aperfeiçoar a cada dia para entregar o melhor. Estas ações das ONG nas comunidades devem acompanhar a evolução e adaptar-se conforme vão aparecendo novos fenómenos. Mas também, as ONG devem trabalhar mais para a emancipação, autonomia e empoderamento destas comunidades, para que possam sozinhos fazer face aos acontecimentos.

Por último, para a questão acerca do impacto das atividades na comunidade, as 112 respostas obtidas ressaltavam que: “estas ações mudaram de forma positiva o quotidiano das comunidades e paulatinamente se veem os resultados; adquiriram conhecimentos razoáveis sobre muitas questões e principalmente no âmbito da preservação da natureza; com as formações sobre as novas técnicas de agricultura e

apicultura modernizadas e sem muita pressão para a natureza; a transformação e valorização dos produtos locais, depara-se com uma considerável diminuição do desperdício das frutas e isto gera uma renda extra para as famílias”.

Em síntese estes resultados permitiram-nos verificar que além das ONG fazerem muito esforço para atingirem os seus objetivos e metas, entendemos que há ainda muito para fazer, nomeadamente pela educação formal, porque mesmo sendo as ações das ONG de educação não formal e informal, precisam ser acompanhadas pela educação formal para surtirem um efeito mais duradouro e eficaz. Além disso, ainda existe toda uma questão social, falamos da desigualdade social e do género. E também o facto da falta de financiamento do governo para as ONG nacionais, e assim a sobrevivência destas ser maioritariamente dependente das ONG internacionais, o que dificulta um pouco a sua prestação e ação no terreno.

Atentando aos relatórios, às entrevistas (coordenadores e animadores) e às respostas do questionário da população, destacamos uma coesão nas respostas e explicações, deparamo-nos com praticamente as mesmas ideias tanto para os constrangimentos como para os pontos fortes destas ONG e suas ações.

6. Considerações finais

Nesta subsecção vamos refletir sobre todo o processo e os resultados obtidos, e, conseqüentemente, apresentamos as considerações finais. Nas últimas décadas as instabilidades sociais, políticas e económicas vêm evoluindo na GB, uma das soluções para minimizar esta problemática é a mudança de atitudes e comportamentos, que só é possível através da disponibilização de informações, a conscientização e a promoção da participação coletiva; o que tem sido o propósito das a secção da seguinte forma: (i) principais conclusões; (ii) limitações do estudo e (iii) implicações e sugestões para próximos estudos. De seguida apresentamos as subsecções devidamente desenvolvidas.

6.1. Principais conclusões

A EA é um ramo da educação com objetivo de trabalhar conhecimentos sobre o ambiente, contribuindo assim para a sua prevenção, proteção e o desenvolvimento sustentável. Esta expressão surgiu durante uma das muitas conferencias, como meio de resposta aos problemas ambientais que tiveram início após a revolução industrial. Isto porque, é uma forma de ensino acompanhado de atividades que transmitem informações às pessoas para que as transformem em ações no seu quotidiano, preservando e conservando o ambiente (Cortesão, 2017), por exemplo através de ações de sensibilização, jogos, apresentação de materiais didáticos sobre o tema; estas ações devem respeitar a idades, a realidade cultural e social, entre outros aspetos.

Para a construção de uma cidadania global, é preciso repaginar a visão do mundo, e isto é possível, com a abertura de um leque de novas formas de educar, não estagnando no dito tradicional (Teixeira & Torales, 2014). Nesta ótica existem três formas de trabalhar a EA: formal, que é incluída nos currículos escolares; não formal, quando não incluída nos currículos, mas é trabalhada tanto nas escolas como em qualquer outro lugar de socialização; e informal, quando é espontânea. Neste estudo, abordamos a EA nos contextos não formal e informal, sendo que estes dois contextos são os mais trabalhados pelas ONG.

As ONG são instituições sem fins lucrativos e não tuteladas pelo governo, destacar uma definição para as ONG é complexo, porque a própria palavra abre um grande leque com variedades e significados (Goff, 2005). Na GB existem ONG com diversos seguimentos. Sendo este um trabalho de cunho ambiental em que nos dispomos

a descrever as ações desenvolvidas pelas ONG pro-ambientais na GB, e uma vez que estas são em grande número e pelo tempo disponível não teríamos como abordar todas elas, então citamos e trabalhamos com quatro delas sendo três nacionais e uma internacional (AD, Palmeirinha, COAJQ e IMVF), assim obtemos uma margem de comparação, análise crítica e construtiva e respondemos às questões do estudo.

Com este trabalho conseguimos responder a todas as questões levantadas, e obviamente proporcionar uma reflexão profunda sobre a temática, mesmo com os obstáculos (que serão desenvolvidas em baixo) que dificultaram a recolha de dados. Consideramos que este estudo não foi realizado só por realizar, ou para a obtenção do grau de mestre, mas acreditamos que será de grande utilidade, como fonte de futuras pesquisas, ainda que seja um alerta para as pessoas de não optarem pelo silêncio como solução, porque a mudança exige um pouco de cada um, e também para que sirva de inspiração para outros a investigarem sobre a temática.

Baseando-nos nos relatórios, nas entrevistas e nas respostas aos questionários pela população, reparamos que as quatro ONG desenvolvem praticamente as mesmas ações e com os mesmos focos, recorrendo a estratégias de ação muito semelhantes.

As ações em que mais investem e que mais desenvolvem são: sensibilização através de rádios e televisões comunitárias, sendo esta a aposta de todas as ONG, isto porque é a forma mais rápida e prática de transmitir as informações e fazê-las chegar a um maior número de pessoas, como referem Giordan e Souchan (1996). A promoção e transformação dos produtos locais, atividades que promovem o desenvolvimento das comunidades, a aposta na capacitação e promoção da horticultura para as mulheres, o melhoramento das técnicas de apicultura, realização de festivais, sessões e atividades que resgatam e promovem o património histórico e cultural do país, construção de fogões melhorados nas escolas, repovoamento de tarrafes, são algumas das ações realizadas com maior frequência.

Além destas ações que as ONG colaboradoras desenvolvem, cada uma delas tem a sua particularidade:

- A AD aposta na construção de escolas comunitárias, dá assistência comunitária em vários aspetos, construiu museus para salvaguardar o património histórico e cultural;
- A COAJQ apoia e reforça capacidade nas atividades agropecuárias, e apoio técnico e com máquinas de agricultura;

- A Palmeirinha publica livros educativos sobre as diferentes temáticas de ambiente, e exhibe filmes educativos em sessões de cinema-debate nas escolas;
- O IMVF pauta pela cooperação para promover o desenvolvimento, dignidade, inclusão, igualdade, sustentabilidade, vida, cultura.

De destacar que as populações das comunidades participam voluntariamente nestas ações, tal como foi apresentado nos resultados do ponto anterior.

Tanto os responsáveis das ONG como os membros entrevistados, partilharam praticamente das mesmas opiniões sobre a EA; e também todos mencionaram saber e compreender o que é a EA e a sua importância para as comunidades rurais; isto porque, de uma forma geral, ressaltaram que “é importante e quanto mais melhor o desenvolvimento das ações de EA, principalmente nas zonas rurais, já que é uma zona menos favorecida de informações e com menos condições de aquisição”, estas afirmações resultaram da questão acerca da opinião sobre a importância de trabalhar a EA nas comunidades rurais e ainda se consideraram que as suas ONG desenvolvem atividades de EA.

Nas comunidades, das 112 pessoas questionadas, a maioria avalia como positivo as ações de EA desenvolvidas nas suas comunidades, considerando que hoje dispõem de um entendimento razoável sobre as questões ambientais, a proteção da natureza, e ainda que devem exercer menos pressão sobre o meio, e sobre a importância do uso dos fogões melhorados não só nas escolas, mas que também devem adquirir esta prática nas suas casas para poupar o consumo de lenhas na cozinha e diminuir o esforço e hora do preparo da comida. Ainda destacam que após a realização das ações houve uma considerável melhoria na vida social e económica da comunidade, porque com as técnicas novas de apicultura implementadas e os trabalhos feitos com as mulheres tanto na horticultura, produção de sal e a transformação de produtos locais, e com as vendas a economia comunitária apresenta uma certa estabilidade, e na maioria das respostas apontaram que com este dinheiro dá para pagar a escola dos filhos e comprar os produtos básicos necessários.

Todos estes resultados, demonstram que as ONG estão comprometidas com os seus objetivos, mesmo com todos os entraves que surgem, fazem um esforço para servir as comunidades, o que pode ser visto e evidenciado pelas comunidades. O facto de a população deixar de ir aos seus afazeres para participar das atividades reafirma a ideia de que estas ações estão a ter efeitos positivos, principalmente na transformação social e económica das comunidades rurais. Por exemplo, antes das ONG começarem a

desenvolver as suas ações, a agricultura, a apicultura e a extração de sal, eram feitos sem técnica, pondo em risco vários fatores, na apicultura, a vida e o bem estar das abelhas não eram motivos de preocupação, as técnicas eram totalmente rústicas e a prática era muito cansativa; o sal não era iodado e a retorta económica era muito baixa. A intervenção das ONG trouxe novas e modernizadas técnicas que têm em conta a proteção do ambiente, exercendo menos pressão na natureza. Atualmente existem cooperativas de mulheres que extraem sal iodado e o comercializam gerando fundos para a comunidade. O número de vezes com que as atividades são realizadas é muito importante, porque quanto mais vezes e mais tempo for disponibilizado, mais diversificadas serão as atividades, e maior a probabilidade de interiorização das informações. Como sublinhado na fundamentação teórica, as ações da EA devem ser realizadas em línguas e linguagens contextualizadas de forma que sejam explícitas e compreensíveis por todos, a ideia usada pelas ONG de realizar as atividades em crioulo ou em línguas étnicas, é uma forma de disponibilizar informações num país onde a maioria da população é analfabeta e a língua comum de comunicação é o crioulo e onde também existem pessoas que nem o próprio crioulo sabem falar. Por mais que estas ações sejam positivas, é bom ressaltar que nada é perfeito, e tudo muda, fenómenos aparecem e desaparecem a todo o instante, por isso por mais que as ONG estejam a realizar boas ações, elas devem sempre saber se desdobrar e adaptar às novidades e às necessidades das comunidades

É de salientar que a constituição social destas comunidades, na maioria dos casos torna-se o maior obstáculo para a realização e desenvolvimento das ações das ONG, isto porque, como já citado várias vezes neste estudo, cada comunidade é uma comunidade, com as suas crenças, costumes e tradições e suas ideias a respeito dos mais variados assuntos, e por isso os primeiros contatos são sempre muito sensíveis e difíceis, é preciso entender, adaptar e familiarizar-se com a realidade local para assim se estabelecer a confiança mútua.

Com o desenvolvimento das ações das ONG nestas comunidades houve mudanças de comportamento e atitudes, não totalmente, mas gradualmente dá para reparar nestas mudanças. E isto podemos constatar nos resultados obtidos. Só o facto de as pessoas participarem espontaneamente das atividades realizadas, demonstra que a intervenção das ONG atendeu a vontade das pessoas de procurarem conhecer e entender mais sobre os vários assuntos trabalhados.

6.2. Limitações do estudo

Todo e qualquer estudo, ao longo do seu percurso depara-se sempre com limitações, constrangimentos e obstáculos, este estudo não é uma exceção.

Para este ponto, começamos por analisar as limitações desde o início do estudo. Durante a primeira fase, dedicada ao enquadramento teórico, o estudo fluía e avançávamos num ritmo muito acelerado; mas as coisas mudaram quando passamos para a segunda parte do estudo, respeitante à componente mais prática, em que recolhemos, tratamos, apresentamos e analisamos os dados. Justificamos esta situação pelo facto de para recolher os dados tivemos de viajar de Portugal, que é onde estudamos para a GB, que é o nosso alvo de estudo; e é de conhecimento que as passagens aéreas de Europa para África não são económicas o que nos trouxe custos elevados. Já na GB, como o objetivo do estudo é apresentar e analisar as ações de EA desenvolvidas principalmente nas zonas rurais, por quatro ONG radicadas no país; então tivemos que ir para estas zonas; destacamos os maiores constrangimentos e obstáculos nestas viagens para as comunidades com que trabalhamos: o primeiro de tudo são as estradas em péssimas condições, cheias de buracos e às vezes não asfaltadas; sendo um trabalho independente, sem financiamento, o primeiro contato com a população é sempre um pouco difícil, devido à timidez, por acharem que com este estudo não vão ganhar nada, pela língua de comunicação ou seja muitas pessoas nas comunidades não sabem falar o crioulo e só sabem falar as línguas étnicas, também os costumes e tradições em certas comunidades não permitem que as mulheres falem sem o aval dos homens, outro fator também destes constrangimentos é que muitas pessoas não respondem às perguntas por medo de se comprometerem com as ONG.

Um dos constrangimentos que não podíamos deixar de citar, é o atraso na conclusão e submissão do trabalho. Isto deve-se ao fato de que a nossa viagem para a GB estar prevista para dois meses e devido à pandemia de COVID-19, que resultou no decretar do estado de emergência tanto na GB como em Portugal, fez com que fechassem as fronteiras, o que nos obrigou a prolongar a nossa estadia na GB por mais dois meses e meio.

6.3. Implicações e sugestões para próximos estudos

No futuro, este estudo servirá de ponto de partida para outros estudos, porque quanto mais estudos sobre a temática, melhor para compreensão e valorização das ações das ONG. A sua realização contribuiu para a nossa mudança de opinião e visão

das ONG, porque crescendo numa sociedade em que as ações não são tão valorizadas quanto deveriam, e ainda onde muitas pessoas duvidam da credibilidade das ONG e das suas intenções, por mais que na infância fizemos parte de algumas associações, estas opiniões pejorativas de tanto ouvir acabam influenciando o nosso ponto de vista. Mas vale salientar que, como de certeza em outros países, também na GB, existe a corrupção e a pessoas mal-intencionadas.

Este trabalho também serviu para nos mostrar que é preciso fazer algo para proporcionar mudanças, mesmo que o nosso estudo mude a opinião de apenas uma só pessoa, já valeu a pena, porque não fazer nada para proporcionar a mudança nunca é a solução.

Quanto a outras investigações sobre esta temática é importante a realização de muito mais estudos, para ressaltar o trabalho das ONG que é essencial, como citamos acima, e para desmistificar a opinião das pessoas acerca das ONG. Assim, para futuras investigações propomos a continuação deste estudo, tanto neste contexto como em outros. E ainda sugerimos que se realize um estudo na GB sobre a EA no campo formal e também as ações de EA desenvolvidas pelas ONG na zona urbana.

Referências bibliográficas

- AD. (2011). *Estatutos*. Guiné-Bissau: AD. Disponível em: <http://www.adbissau.org/institucional/estatutos>
- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Guia prático e crítico*. Porto: Asa Editores.
- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade de Aberta.
- Albuquerque M. (2017). *10.ª conferência regional EMAS*. Funchal: RTP Madeira, Publicado 11 Set, 2017. Disponível em:
- Almeida, M. S. B. (2014). Os desafios da escola pública Paranaense na perspetiva do professor PDE. Produções didático-pedagógicas. *Cadernos PDE*.
- Anderson, G. (2000). *Fundamentals of educational reseearch*. London: Falmer Press.
- ANEME, (2018). *Enquadramento e perspetivas de desenvolvimento: levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais*. Guiné-Bissau: Estudo Guiné-Bissau.
- Banco Mundial. (2015). *Guiné Bissau aspetos gerais*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>
- Barbosa, A. M. S. F. V. A. (2012). *A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário. Um Estudo de Caso*. Mestrado em Ciências da Educação: especialidade em Supervisão Pedagógica. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, M. (2014). *A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspetivas*. Guiné-Bissau: U.E.-PAANE.
- Barros, M., Sangreman, C., Sousa JR., F., & Zeverino, G. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Lisboa: Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

- Batista, I. (2005). *Dar Rosto ao Futuro. A educação como Compromisso Ético*. Porto: Profedições.
- Benzinho, J., e Rosa, M. (2015). *Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau*. Coimbra: Gráfica Ediliber.
- Bernoux, P. (2005). *A sociologia das organizações*. Porto: Rés-Editora.
- Bogdan, R. & Biklen. S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borges, M. (2011). A educação informal e as associações: a propósito das mandjuandades da Guiné-Bissau. In A. B. da Costa, A. Barreto (Coord.) Livro de atas: Congresso Portugal e os PALOP: Cooperação na Área da Educação. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Estudos Africanos. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=AU%20borges,%20manuela>
- Caride, J. A. & Meira, P. Á. (2001). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget. Gráfica Santiago, LDA.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para a autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, I. C. M. (2012). *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.
- Carvalho, L. M. (2001). *A educação ambiental e a formação de professores. Panorama da educação ambiental no ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação do Brasil.
- Carvalho, M. E. P. (2004). Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família–escola. In *Revista Brasileira de Educação*. 25, 15.
- Carvalho, R. E. (2005). *Educação Inclusiva: com os pingos nos is*. Porto Alegre: Mediação.
- COAJQ. (2007). *Quem somos*. Guiné-Bissau: COAJQ. Disponível em: <http://coajq.org/conteudos.aspx?id=417>
- Comunidade Europeia. (2007). *Regulamentação relativa ao comércio de espécies da fauna e da flora selvagens na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das

- Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Printed in Belgium. ISBN 978-92-79-05435-8. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/ecolabel>
- Cohen, L. e Manion, I. (1990). *Métodos de investigación educativa*. Madrid: Editorial La Muralla.
- Colley, H. e Malcolm, J. (2002). *Non-formal learning: mapping the conceptual terrain, a consultation report*. Huddersfield: Lifelong Learning Institute, University of Leeds.
- Coombs, P., Ahmed, M. (1974). *Attacking rural poverty. How non-formal education can help*. Baltimore: John Hopkins Press.
- Cortesão, S. F. B. (2017). *A importância da Educação Ambiental no ensino básico*. Coimbra: Escola Superior de Educação e Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Instituto Politécnico de Coimbra.
- Coutinho, C. & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221-244. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>
- Darame, B. (2013). Índice de analfabetismo diminui em cerca de 15% na Guiné-Bissau. In *jornal DW*. Disponível em: <https://p.dw.com/p/19ggM>
- Diniz, E. M. (2002). Os Resultados da Rio+10. *Revista do Departamento de Geografia*, n.15.
- Ebbenson, J.; Gaugitsch, H.; Jendroska, J.; Marshall, F. & Stec, S. (2014). *La Convention d'Aarhus: Guide d'application*. Paris: United Nations publication.
- Eur-lex, (2016). Acordo de Paris. *Jornal Oficial da União Europeia*. Disponível em: [https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22016A1019\(01\)&rom=PT](https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22016A1019(01)&rom=PT)
- Faruolo, T. C. L. M.; Leal, C. A.; Bomfim, A. M. (2013). Educação Ambiental na perspetiva do Currículo Multicultural Crítico: uma abordagem para formação de professores da educação básica. In *Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC*. São Paulo: Águas de Lindóia,
- Filho, S. G. (1992). Apontamentos de introdução à Educação Ambiental. *Revista Ambiente*, 1(1).

- Fox, D. (1981). *El proceso de investigación en educación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.
- Fundação João XXIII. (2013). *COAJQ - Cooperativa Agrícola de Jovens Quadros*. Disponível em: <https://solidariedadeguinebissau.webnode.pt/agro-pecuaria/coajq-cooperativa-agricola/>
- Garcia, M. P. & Andrade, A. P. (2012). Zonas Húmidas, convenção de Ramsar. SETA. Ficha informativa 46.
- Gaspar, J. L. (2005). *As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço do ensino. Seminário sobre Conceitos e Tecnologias da Escola do Futuro*. Ponta Delgada: Federação das Associações de Juventude dos Açores,
- Gaudiano, E. G. (2001). Complexity in environmental education. *Educational Philosophy and Theory*, 33 (2).
- Gaudiano, E. G. (2002). Como tirar a educação ambiental do coma? A alfabetização: um possível recurso pedagógico-político. In Congresso *brasileiro de qualidade na qualidade na educação: formação de professores: educação*.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gil, A. (1994). *Administração de Recursos Humanos: um enfoque profissional*. São Paulo: Atlas.
- Giordan, A., & Souchon, C. (1996). *Uma Educação para o Ambiente*. Lisboa IIE e IPAMB.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Goff, A. L. (2005). *Os arquivos das ONG – Uma memória a partilhar. Guia prática em 60 perguntas*. Paris: ICA.
- Goldemberg, J.; Barbosa, L. M. (2004). A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. *Revista Eco 21*, 96 (falta volume e páginas)
- Gomes, R. K. S. e Nakayama, L. (2016). A Educação Ambiental formal como Princípio da Sustentabilidade na Práxis Educativa. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA*. Volume Especial, 11-39.
- Gómez, A. P. (1995). *O Pensamento Prático do Professor*. In Nóvoa, A. *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Guimarães, M. (2004). *A formação de educadores ambientais. Coleção Papyrus Educação*. Campinas, São Paulo: Papyrus.
- <https://www.rtp.pt/madeira/politica/albuquerque-destaca-importancia-da-educacao-informal-11963>
- IMVF. (2020). Quem somos. Disponível em: <https://www.imvf.org/quem-somos/>
- INE, (2017). *Indicadoras chaves*. Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>
- Instituto Camões, I. P. (2017). *Dia mundial das zonas húmidas celebrado na Guiné-Bissau no parque Europa-lagoa N'Batonha*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/dia-mundial-das-zonas-humidas-guine>
- Jacobi, P. R. (2005). Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*. 31(2), 233- 250.
- Koslosky, I. T. G. (2000). *Metodologia para criação de jogos a serem utilizados na área de Educação Ambiental*. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de desportos. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78391>
- Krieger, N. (1997). *Measuring social class in US public health research: concepts, methodologies, and guidelines*. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9143723/>
- La Belle, T. J. (1980). *Educación no formal y cambio social en América Latina*. México: Nueva Imagen.
- Layrargues, P. P. (2002). A crise ambiental e suas implicações na educação. In *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: IBAMA.
- Leff, E. (2010). *Ecologia, capital e cultura: pital e cultura racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da Furb.
- Lessard-Hébert, M., Boutin, G. & Goyette, G. (1990). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. e Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Libâneo, J. C. (2010). *Didática*. São Paulo: Editora Cortez.

- Loureiro, C. F. B. (2004). Educação Ambiental Transformadora. In: Layrargues, P. P. (Coord.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Loureiro, F. B. (2006). Crítica ao fetiche da individualidade e aos dualismos na Educação Ambiental. IN: Loureiro, C.F.B. (org.) *Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana – uma abordagem emancipatória*, (p. .52). São Carlos: RiMa Editora.
- LPN (2018). *Educação Ambiental*. Disponível em: <https://www.lpn.pt/pt/cidadania-ambiental/educacao-ambiental>
- Lüdke, M. & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Lusa. (2017). *Presidente do Governo da Madeira destaca importância da "educação informal"*. Disponível em: <https://www.ojogo.pt/extra/lusa/presidente-do-governo-da-madeira-destaca-importancia-da-educacao-informal-8761838.html>
- Machado, A. Q. (2012). *Licenciamento Ambiental: atuação preventiva do Estado à luz da Constituição da República Federativa do Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Magalhães, L. (2020). *Dia da terra*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/dia-da-terra/>
- Matos, A.; Cabo, P.; Fernandes, A. & Ribeiro, M. (2016). Cenário evolutivo da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável no mundo: etapas e promotores. *Revista Egítania Scientia*, 18(1), 7-32
- Mauri, G. (2013). *Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento. Análise do trabalho de algumas ONGD em Moçambique*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Menezes, E. T. (2001). *Verbete educação informal*. In Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/educacao-informal/>.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3):621-626.

- Moreira, M. B. (2007). *Princípios básicos de análise de comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Morgan, D. L. & Guevara H. (2008). *Interview Guide. The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. London: SAGE Publications. Consultado em http://www.sage-ereference.com/research/Article_n238.htm
- Morin, E. (2003). *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Edições Cortez.
- Mota, I. A., Pinto, M., Sá, J. V., Marques, V. S., e Ribeiro, J. F. (2005). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015: Um projecto para Portugal*. Lisboa: Pandora.
- Mousinho, P. (2003). Meio ambiente no século 21. In Trigueiro, A. (Coord.). *Glossário*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Nha mininu, (2017). *Região de Cacheu-Varela e Canchungo*. Disponível em: <https://acaravana.pt/nhamininu/home/pt/recolha/>
- Norton, B. (1991). *Sustainability, Human welfare, and ecosystem health. School of public policy*. Atlanta: Georgia Institute of Technology.
- Oliveira, F. L. (2006). *Educação Ambiental - Guia prático para professores monitores e animadores culturais e de tempos livres*. Lisboa: Texto Editores.
- ONU. (1972). *Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*. Estocolmo: ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/acconf48-14r1.pdf>
- ONU. (2000). *United Nations Millennium Declaration*. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>
- ONU. (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>
- Painel de Alto Nível da CDB (2014). *Recursos para alcançar as Metas de Aichi: Avaliação dos benefícios, investimentos e recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020. 2º relatório do Painel de Alto Nível sobre a avaliação geral dos recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020*. Montreal: Canadá.

- Palhares, J. A. & Afonso, A. J. (2013). O não-formal e o informal em educação: Centralidades e periferias. In *Atas do I colóquio internacional de ciências sociais da educação / III encontro de sociologia da educação* (p. 1-68). Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd). Universidade do Minho.
- Palmeirinha, (2020). *Quem somos*. Disponível em: <https://palmeirinha.org/quem-somos/>
- Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Editores Areal.
- Pott, C. M. & Estrela, C. C. (2017). Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos avançados* 31(89), 271-272.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Regan, T. (1981). *The case for animal rights*. Berkeley. University of California: Press.
- Rolston, H. (1975). Is there an ecological ethic? *Ethics* 85(2), 93.
- Sangreman, C. S. J., Guilherme, F. Z. e Barros, M. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Instituto Superior de Economia e Gestão – CesA: Documentos de Trabalho nº 70-2006.
- Sant'Anna, C. (2010). *Primavera silenciosa*. São Paulo: Editora Gaia.
- Sauvé, L. (2002). Educação ambiental: possibilidades e limitações. Université du Québec à Montréal. *Educação e Pesquisa*, 31(2).
- Schmidt, L., Nave, G. J., & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental - Balanço e Perspetivas para uma Agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Secretaria de Estado do Ambiente. (2019). *Sexto Relatório Nacional sobre a Diversidade Biológica da República da Guiné-Bissau*. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/nr/nr-06/gw-nr-06-pt.pdf>
- Segura, D. S. B. (2001). *Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume.
- Sorrentino, M. (2002). *Desenvolvimento Sustentável e Participação. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. Editora Cortez. São Paulo.

- Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, P., e Junior, L. A. F. (2005). Environmental education as public policy. *Educação e Pesquisa*, 31 (2), 285-299.
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Suzuki, G.T. (2009). *O Conceito de Sustentabilidade e Estratégia Empresarial: o caso da Natura na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará.
- Sylvan, R. (1973). *Do we need a new, an environmental ethic? To come*. Varna: Bulgária.
- Teixeira, C. & Torales, M. A. (2014). A questão ambiental e a formação de professores. *Educar em Revista*, 3, 127-144.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative Research: Analysis Types and Software Tools*. New York: The Falmer Press.
- Torales, M. A. (2013). A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar à ação educativo-comunitária como compromisso político-pedagógico. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Volume especial, 1-17.
- Tozoni-Reis, M. F. C. (2006). *Temas ambientais como temas geradores: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória*. Curitiba: Educar.
- Trilla, J. (1996). *La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Tristão, V. T. V. & Tristão, J. A. (2016). A contribuição das ONGs para a Educação Ambiental: uma avaliação da percepção dos stakeholders. *Ambiente & Sociedade*, 19 (3), 47-66.
- UCCLA. (2020). *Breve Historia de Cacheu*. Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/cacheu>
- UNESCO. (1987). *Convention Concernant du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Rapport du Comité du Patrimoine Mondial onzième session*. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9f.pdf>
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J.M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, M. M. F. (1996). A comparative study on quality management in the brazilian and the Scottish prison service. 1996. Doctored PhD on Business Studies. Scotland, University of Edinburg, Edimburgo.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Legislação Consultada

Decreto-Lei 23/92, de 23 de março- disciplina a criação e o exercício da atividade das
ONG

Lei 14/2011, de 22 de fevereiro- Criação do Parque Nacional de Cantanhez

Decreto-Lei 5/98, de 28 de abril- Lei da terra

Lei 1/2011, de 2 de março- Lei base de ambiente

Lei 12/2011, de 6 de julho- Prevenção e combate ao trafico de pessoas em particular
mulheres e crianças

Anexo 1 - Guião da entrevista para os coordenadores

Guião de entrevista (coordenadores das ONG)

Objetivo geral: conhecer e avaliar o impacto das atividades da Educação Ambiental realizadas nas comunidades rurais da Guiné-Bissau

Designação dos blocos	Objetivos específicos	Questões	Observações
a) Legitimação da entrevista e motivação	a) legitimar a entrevista b) incentivar o entrevistado a participar na entrevista	1) informar sobre o trabalho que estamos a realizar 2) assegurar a confidencialidade das informações prestadas	
b) caracterização do entrevistado	a) conhecer o entrevistado.	1) sexo, idade, nacionalidade, estado civil, comunidade onde reside 2) formação académica: curso (área de formação), nível 3) desde quando é coordenador da ONG?	
c) caracterização da ONG	a) conhecer a ONG	1) como surgiu a ONG? 2) qual o principal objetivo da ONG? 3) como são nomeados/eleitos os órgãos que constituem a ONG? 4) quantos membros tem a ONG? 5) a ONG tem animadores? Se sim, são pessoas com formação académica; jovens militantes de movimentos ambientais? 6) quais as linhas de financiamento para a ONG? 7) em quantas e quais as zonas de intervenção da ONG? 8) quais as perspetivas futuras da ONG?	
d) atividades de EA	a) conhecer as atividades de EA desenvolvidas pelas ONG b) conhecer as dificuldades encontradas durante a realização das atividades c) avaliar o impacto das atividades nas comunidades	1) considera que a ONG desenvolve atividades de EA? Justifique, dando alguns exemplos. 2) explique porque é que trabalhar a EA nas comunidades da GB é importante para o desenvolvimento local e para o desenvolvimento do país? 3) quais as temáticas abordadas com mais frequência? 4) quais as principais dificuldades encontradas na realização das atividades? 5) o que a ONG faz para melhorar a implementação dos seus projetos e atividades de EA nas comunidades?	

Anexo 2 - Guião da entrevista para os animadores

Guião de entrevista (animadores das ONG)

Objetivo geral: conhecer e avaliar o impacto das atividades da Educação Ambiental realizadas nas comunidades rurais da Guiné-Bissau

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Observações
a) Legitimação da entrevista e motivação	a) legitimar a entrevista b) incentivar o/a entrevistado a participar na entrevista	1) informar sobre o trabalho que estamos a realizar. 2) assegurar a confiança das informações prestadas.	
b) caracterização do entrevistado	a) conhecer o entrevistado	1) sexo, idade, nacionalidade, estado civil, comunidade onde reside 2) formação académica: curso (área de formação), nível 3) como e quando se tornou animador da ONG? 4) além de animador tem outras funções na ONG? Quais?	
c) caracterização da ONG	a) conhecer a ONG	1) como surgiu a ONG? 2) como são nomeados/eleitos os órgãos que constituem a ONG? 3) qual o principal objetivo da ONG? 4) quais as linhas de financiamento para a ONG? 5) em quantas comunidades a ONG intervém?	
d) conceito e atividades de EA	a) conhecer as atividades de EA desenvolvidas pelas ONG. b) conhecer as dificuldades encontradas durante a realização das atividades. c) avaliar o impacto das atividades nas comunidades.	1) considera que a ONG desenvolve trabalho de EA? Justifique, dando alguns exemplos. 2) explique porque é que trabalhar a EA nas comunidades da GB é importante para o desenvolvimento local e para o desenvolvimento do país? 3) enquanto animador, como aborda as pessoas nas comunidades? As pessoas participam voluntariamente? Qual o idioma que usa com mais frequência? 4) quais as temáticas abordadas com mais frequência? 5) como a população avalia estas atividades? 6) quais as principais dificuldades encontradas na realização das atividades? 7) o que a ONG deve fazer para melhorar a implementação dos seus projetos e atividades de EA nas comunidades?	

Anexo 3 – Questionário para a população

Questionário (população)

Este questionário enquadra-se numa investigação a realizar no contexto do mestrado em Educação Ambiental da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Tem como principal objetivo conhecer a tua opinião sobre o impacte das ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau. O questionário é anónimo e os dados serão apenas usados no âmbito desta investigação. A tua colaboração é muito importante para o sucesso do trabalho. Desde já agradecemos.

I. Identificação

- 1.1. Comunidade _____
1.2. Idade _____
1.3. Sexo _____
1.4. Estado civil _____
1.5. Nível de escolaridade _____

II - Atividades desenvolvidas pelas ONG nas comunidades

1. Alguma ONG realiza atividades de EA na tua comunidade?
 sim
 não
(se responder não o questionário termina)
2. Identifica a(s) ONG? _____
3. Com que frequência as atividades são realizadas?
 uma vez por mês
 duas vezes por mês
 três ou mais vezes por mês
Outro: _____
4. Quantas vezes já participaste destas atividades?
 uma vez
 duas vezes
 três ou mais vezes
5. Em que tipo de atividades costumás participar:
 atividades remuneradas
 atividades de voluntariado
Outras _____
6. Consideras que estas atividades mudaram a tua forma de pensar e agir perante o ambiente?
 sim
 não
 talvez
Justifica _____

7. Em que língua as atividades são realizadas?
 português
 crioulo
 étnica

8. Como avalia o trabalho desenvolvido pela(s) ONG?

positivo

negativo

Outro: _____

Justifique. _____

9. Na tua opinião a(s) ONG deve(m) mudar algo na realização das suas atividades?

sim

não

Outro _____

Justifica _____

10. Qual o impacto dessas atividades na comunidade?
